



<p>Proposta 271_DG</p> <p>Assunto: Relatório de Governo Societário 2025</p>	<p>Despacho do C.A.:</p> <p><i>O Conselho de Administração reunido aos 27 dias de fevereiro de 2026, aprovou por unanimidade o Relatório de Governo Societário 2025</i></p> <p><i>J. A. L.</i></p>
---	--

27/02/2026

Exmos. Senhores Membros do Conselho de Administração,

Na sequência do cumprimento do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, vimos por este meio submeter à apreciação e aprovação de V. Exas. o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2025, documento que sistematiza as práticas de bom governo adotadas pela RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. e que constitui um importante instrumento de transparência e prestação de contas perante os acionistas, o Estado e o público em geral.

Da análise do relatório, importa destacar que a RSTJ deu cumprimento a todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis em matéria de governo societário, designadamente no que respeita à apresentação e aprovação do plano de atividades e orçamento para 2025, à divulgação transparente da estrutura de capital, participações sociais, garantias financeiras e execução dos objetivos, à submissão da informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, à elaboração do relatório de prevenção da corrupção, à adoção e divulgação do Código de Ética e Conduta, à contratualização da prestação de serviço público através do Contrato de Gestão Delegada, à prossecução de objetivos de responsabilidade social e ambiental, à implementação de políticas de recursos humanos e planos de igualdade, à declaração de independência dos membros do órgão de administração e ao cumprimento das obrigações de comunicação de participações patrimoniais e conflitos de interesse.

No que concerne à missão e objetivos, a RSTJ prossegue a sua atividade com o propósito de garantir a recolha e tratamento dos resíduos dos municípios da sua área de intervenção, assegurando o futuro sustentável das populações, numa lógica de excelência, qualidade, inovação e melhoria contínua. No exercício de 2025, a empresa alcançou um resultado líquido de 222.384,70 euros, um volume de negócios de 13.115.101,91 euros e um EBITDA de 1.808.368,62 euros, valores que evidenciam o cumprimento dos objetivos económicos e financeiros fixados e a solidez da gestão desenvolvida, dependendo os resultados futuros de fatores críticos como o capital humano, a modernização tecnológica, a eficiência energética e, fundamentalmente, a aprovação de um novo Contrato de Gestão Delegada alinhado com o cumprimento da Declaração de Impacto Ambiental e do PAPERSU 2030.

O capital social da RSTJ mantém-se inalterado no montante de 50.000,00 euros, dividido por 10.000 ações nominativas detidas em partes iguais pelos dez municípios acionistas, não se tendo registado alterações à estrutura de capital durante o exercício. A empresa não detém participações sociais em entidades de natureza comercial, sendo associada de algumas associações sem fins lucrativos, e mantém prestadas duas garantias bancárias para assegurar obrigações ambientais.

A RSTJ adota um modelo de governo societário que assegura a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização, sendo órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único, este último representado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Na sequência das eleições realizadas em 5 de dezembro de 2025, a Mesa da Assembleia Geral passou a ser presidida por João Francisco Teixeira Leite, tendo como secretários Elvira Maria Machado Cruz Sequeira e Manuel José Coimbra Mourato. O Conselho de Administração é atual-

mente presidido por Nuno Jorge Lino Mira, tendo como vogais Marina Lopes Honório e António Carlos da Costa Camillo, todos em regime não remunerado, conforme deliberado pela Assembleia Geral. Durante o exercício de 2025, o Conselho de Administração realizou doze reuniões, não se registando qualquer ausência dos seus membros. O Fiscal Único é a sociedade Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, tendo auferido uma remuneração anual de 11.880,00 euros.

A organização interna da empresa assenta num sistema de controlo interno compatível com a sua dimensão e complexidade, encontrando-se definidos procedimentos para as diferentes áreas funcionais e mecanismos de gestão de riscos assegurados pelas diversas unidades orgânicas. A RSTJ dispõe de um conjunto de regulamentos e códigos que enquadram a sua atividade, designadamente os Estatutos, o Contrato de Gestão Delegada, o Código de Ética e Conduta e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, todos publicitados no sítio da internet da empresa, onde se encontra igualmente disponível a informação legalmente exigida em matéria de transparência.

No que respeita às remunerações, a competência para a sua determinação é da Assembleia Geral, tendo esta deliberado que o exercício de funções pelos membros do Conselho de Administração não é remunerado, cumprindo os seus membros escrupulosamente o dever de abstenção nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

As transações com partes relacionadas, designadamente com os municípios acionistas, são objeto de tratamento contabilístico adequado, inexistindo transações ocorridas fora das condições de mercado. Os principais fornecedores da empresa, com peso superior a 5% nos fornecimentos e serviços externos, são a Lubrifuel, a Lusitania Seguros, a EDP Comercial e o Espaço Mecânico.

Em matéria de sustentabilidade, a RSTJ apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, evidenciada pelos resultados alcançados, e mantém um compromisso firme com a valorização dos seus colaboradores, contando com 254 trabalhadores, dos quais 63% homens e 37% mulheres, inexistindo diferenças remuneratórias de género, e tendo sido desenvolvidas 2.010 horas de formação no exercício. No domínio ambiental, a empresa prossegue a sua missão de gestão de resíduos, promovendo ações de sensibilização e educação ambiental que envolveram 939 alunos e 574 visitantes nas instalações, estando ciente da urgência em cumprir as condicionantes da Declaração de Impacto Ambiental e em executar os investimentos previstos no PAPERSU 2030, o que reforça a importância da aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada para o período 2026-2030.

O Conselho de Administração procedeu à verificação do cumprimento das práticas de bom governo previstas no Capítulo II do RJSPE, concluindo que a RSTJ cumpre integralmente todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, designadamente no que respeita à transparência, controlo de risco, prevenção de conflitos de interesse, responsabilidade social e ambiental, políticas de recursos humanos e igualdade de género. Para o exercício de 2026, o Conselho de Administração entende que deverão ser prosseguidas as orientações de melhoria contínua, designadamente no aprofundamento da monitorização do Plano de Prevenção da Corrupção e na implementação plena do Sistema de Gestão Integrada.

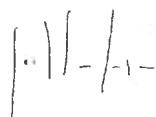
Nestes termos, submetemos à consideração superior o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2025, propondo a sua aprovação pelo Conselho de Administração, para posterior submissão à Assembleia Geral e divulgação nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

À consideração do Conselho de Administração.

Eco Parque do Relvão

Carregueira, 26 de Fevereiro de 2026

o Diretor Geral



(Joel Nunes Marques)



RELATÓRIO GOVERNO SOCIETÁRIO 2025

VERSÃO APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026



rstj
RESITEJO

Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Índice

I. SÍNTESE	2
III. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	8
IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	8
V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	9
a. MODELO DE GOVERNO.....	9
b. ASSEMBLEIA GERAL.....	9
c. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	10
d. FISCALIZAÇÃO	14
e. REVISOR OFICIAL DE CONTAS	15
VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	16
a. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES.....	16
b. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	17
c. REGULAMENTOS E CÓDIGOS.....	18
d. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	19
e. SÍTIO DA INTERNET.....	19
f. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL.....	21
VII. REMUNERAÇÕES	21
a. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO.....	21
b. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES	21
c. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES.....	21
d. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	21
e. PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE	21
VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS.....	22



I. SÍNTESE

A RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. (doravante designada apenas “RSTJ”), rege-se pelos seus Estatutos e pelo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

As entidades públicas ou as entidades participadas por entidades públicas estão sujeitas ao dever de transparência no âmbito da sua atividade, devendo igualmente pautar a sua atuação por padrões de responsabilidade social, ambiental, ética e, bem assim, prosseguir de forma rigorosa uma política assente em boas práticas de governo societário.

Neste âmbito, a atividade da RSTJ, é enquadrada pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, que estabelece os princípios e as regras aplicáveis ao Setor Público Empresarial, quer do Setor Empresarial do Estado, quer do Setor Empresarial Local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. A empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

Ora, considerando que a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. é uma empresa intermunicipal, com a qualificação de gestão de serviços de interesse geral (art.º 45.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), cujo capital é detido exclusivamente por Municípios, tem sido desde sempre prática da empresa o escrupuloso cumprimento dos princípios supra identificados, havendo agora lugar a um tratamento mais sistematizado do conjunto de princípios, normas, procedimentos, regulamentos e demais instrumentos que, ao longo do tempo, têm vindo a ser aprovados e implementados, com vista a permitir a elaboração do Relatório Anual de Governo Societário, nos termos do artigo 54º do referido diploma.

Todas as obrigações de divulgação são escrupulosamente cumpridas, assim como os deveres especiais de informação, nomeadamente, na prestação de serviço público de interesse geral para a comunidade, do grau de execução dos objetivos fixados pelo Contrato de Gestão Delegada, a justificação de desvios verificados e as medidas aplicadas ou a aplicar.

Perante a persistência de um conflito armado entre Rússia e Ucrânia, a instabilidade das cadeias logísticas e dos preços da energia, a RSTJ continuou a tentar mitigar o maior fenómeno inflacionista das últimas décadas, tendo garantido, apesar das dificuldades, a continuidade dos serviços prestados e a prossecução do interesse público com resultados equilibrados.

Na perspetiva da melhoria contínua, a empresa aprofundou as alterações que estava a promover na reorganização dos processos estratégicos, de gestão e operacionais, para a implementação de sistemas integrados de gestão, que com a sua total implementação trarão uma expectável melhoria do desempenho da empresa.

O Relatório de Governo Societário, que agora se apresenta, está previsto no artigo 54.º do supracitado Decreto-Lei e na alínea b), do número 2 do artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais, onde consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II do citado Decreto-Lei.

Conjugado com os Relatório de Gestão, a sociedade informa os acionistas e público em geral da forma como foi prosseguida a sua missão, o grau de cumprimento dos seus objetivos, do modo como foi cumprida a sua responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e demais termos da prestação de serviço público.

No último capítulo é feita uma avaliação global do Governo Societário.

Abaixo expõem-se resumidamente as práticas de bom governo, conforme o Capítulo II do RJSPE:



CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2025 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x	
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2025 (titulares da função acionista)	x	
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x	
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x	
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2025	x	
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x	
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada	x	
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x	
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x	
Artigo 51.º	declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x	
Artigo 52.º	declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção Geral de Finanças	x	
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	x	
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x	



II MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. A Empresa

A RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., assumiu em 2020 a atividade da Resitejo enquanto entidade gestora de resíduos em alta. Com esta alteração, foi-lhe atribuído um conjunto significativo de novas competências e tal exigiu um esforço de reajustamento organizacional, e, conseqüentemente, a definição de medidas de controlo interno, compatíveis com mesmas, que paulatinamente tem vindo a implementar.

A RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., é uma empresa intermunicipal, constituída em 2019 com uma área de intervenção de 10 concelhos: Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Este SGRU (Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos) desenvolve a sua atividade no regime de gestão delegada, por delegação dos Municípios acima identificados, e contava no final de 2025 com 254 trabalhadores, tendo uma área de influência de 2.466km² e servindo uma população de 194.343 habitantes (Censos, 2021).

A gestão estratégica da RSTJ está alicerçada num conjunto de princípios orientadores traduzidos na visão, missão e valores, englobando o conjunto de aspirações e linhas de rumo a seguir.

A RSTJ tem por objeto a exploração e gestão dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, quer em alta quer em baixa e ainda a realização de todos os serviços inerentes à limpeza urbana. Pode ainda exercer atividades no âmbito das energias renováveis e valorização energética obtida a partir de resíduos, assim como atividades acessórias com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à gestão de resíduos e de limpeza urbana, sistemas de informação geográfica, defesa ambiental e outras atividades inerentes à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos ou outras espécies.

2. Missão

A missão da RSTJ é garantir a recolha e tratamento dos resíduos dos municípios dos concelhos abrangidos, assegurando o futuro sustentável daqueles de que cuidamos.

Atenta às necessidades e expectativas deles e à sustentabilidade técnico-económica, social e ambiental, desenvolvemos uma prestação de serviço assente na excelência, contemplando a qualidade, a inovação e a melhoria contínua dos serviços.

Igualmente, visa a RSTJ acautelar a correta gestão dos recursos ambientais, salvaguardar a saúde pública e a melhoria da qualidade de vida no território que constitui área de intervenção da empresa.

A RSTJ articula-se com os objetivos prosseguidos pelos acionistas que participam do seu capital social, visando a satisfação das necessidades de interesse geral, assegurando a universalidade e continuidade dos serviços prestados, a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e a proteção dos utentes, sem prejuízo da eficiência económica e do respeito pelos princípios da não discriminação e da transparência.

3. Visão

Constituem a visão da RSTJ:

- Acompanhar a evolução tecnológica para a valorização dos resíduos.
- Desenvolver sistemas seguros, ambientalmente sustentáveis, socialmente responsáveis e de referência.



4. Valores

Integridade: conscientes do seu papel de relevo na sociedade, os colaboradores da RSTJ pautam-se por um comportamento ético e honesto, tanto na esfera pública como profissional.

Responsabilidade: assumir as suas tarefas com autonomia e sentido de iniciativa é uma tarefa de todos, com o objetivo de assegurar que a RSTJ atinja os seus objetivos a médio e longo prazo, no interesse de todas as suas partes interessadas;

Rigor: os colaboradores da RSTJ exercem as suas atividades de forma competente e com dedicação, assumindo como sua a missão da organização e os seus valores, com o intuito de preservar a sua reputação;

Espírito de equipa: os colaboradores da RSTJ trabalham de forma colaborativa, conscientes do impacto que têm as suas atividades individuais sobre o desempenho global da empresa e focados na sua eficiência e sustentabilidade a longo prazo.

5. Política de Gestão

A RSTJ no âmbito do seu objeto social de exploração e gestão de serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, quer em alta quer em baixa e ainda de todos os serviços inerentes à limpeza urbana compromete-se:

- a) A cumprir os requisitos aplicáveis, quer sejam obrigações de conformidade ou de partes interessadas relevantes;
- b) A otimizar os seus processos, no sentido de caminhar para a máxima eficiência da organização;
- c) A proteger o ambiente e a prevenir a poluição;
- d) A minimizar os seus impactes ambientais, tais como emissões e consumos;
- e) A proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho;
- f) A melhorar continuamente a sua eficácia e os sistemas de gestão que suportam a sua atividade, com vista à melhoria do desempenho global da organização.

No que concerne aos objetivos, sobre os quais se debruça a política de gestão e as orientações estratégicas emitidas pelo titular da função acionista (n.º 3, art.º 24.º do RJSPE), a 01 de janeiro de 2021 foi celebrado o Contrato de Gestão Delegada (CGD) com todos os municípios acionistas, cuja Cláusula 16.ª norteia a monitorização da execução do CGD e prevê no seu ponto 1 que os Delegantes acompanham e avaliam o cumprimento do CGD por intermédio de relatórios anuais, os quais devem evidenciar o grau de cumprimento dos objetivos e metas vertidos no Anexo II, no Anexo III e Anexo IV.






Constitui-se o referido documento como orientador dos objetivos estratégicos da empresa e que são a sua base fundacional.

O Anexo II define os objetivos estratégicos integrados nos objetivos definidos para o sector, materializados em indicadores de acessibilidade do serviço, sustentabilidade da gestão e sustentabilidade ambiental.

No ano de 2023 a ERSAR aplicou a 4.ª geração de indicadores. Esta alteração vem desvirtuar os pressupostos do acompanhamento e avaliação do anexo II do contrato de gestão delegada (CGD), não sendo possível efetuar uma comparação/avaliação dos indicadores previstos.

Não tendo sido ainda publicado o Relatório Anual dos Serviços de Água e Resíduos em Portugal (RASARP 2025) que sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização e evolução do sector e constitui um documento essencial e estratégico para o acompanhamento e avaliação do anexo II do contrato de gestão delegada (CGD), expõem-se abaixo os dados do RASARP 2024 comunicados pela ERSAR.



2 Implementação até 31 de dezembro de 2020 de um sistema informático que possibilite uma correcta gestão da recolha dos contentores de vidro, através da obtenção dos níveis de enchimento e optimização das rotas para a recolha		
3 Implementação até 2022 de um sistema de gestão de eficiência energética nas diversas unidades que constituem o parque da RSTJ E.I.M S.A.		
4 Realização anual de diversas campanhas de sensibilização ambiental, destinadas a aumentar a quantidade de resíduos recolhidos seletivamente.		
5 Realizar a remodelação dos ecocentros, dotando-os de melhores condições de acessibilidade		Empreitada de construção do Ecocentro da Chamusca suspensa.
6 Aumentar e melhorar a produção de composto para utilização na agricultura, através da optimização da unidade de produção de composto com a instalação de um equipamento que possibilite a sua melhoria através da crivagem.		A aguardar certificação

Num âmbito global, o Plano de Investimento teve até ao final de 2024 uma execução de 97,89%, esta execução deveu-se em grande parte ao encerramento da operação de Ampliação e adaptação tecnológica da TMB (candidatura POSEUR 221). Atendendo a esta execução para o ano 2025 foi desenhado um Plano de Investimento alinhado com plena operacionalização do novo Contrato de Gestão Delegada (CGD) a celebrar, crucial para a implementação do PAPERSU 2030 e o cumprimento das condicionantes da DIA.

São fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa:

- Capital humano e comprometimento das pessoas;
- Atualização contínua e permanente do cadastro, com possibilidade de análise de dados e tomada de decisão;
- Possibilidade de estabelecer contratos de partilha de infraestruturas, para otimização da exploração;
- Meios humanos e equipamentos adequados e disponíveis para garantir a exigível operação contínua;
- A existência de uma solução de mercado para o encaminhamento de subprodutos, nomeadamente, composto orgânico e frações de plástico triturado com origem na TMB;
- Aprofundamento da digitalização, gestão documental e disponibilidade de dados para melhor decisão;
- Iliteracia ambiental e a necessidade de incremento da separação de resíduos pelos utilizadores do sistema, para que sejam atingidas as metas do PERSU;
- Aumento da eficiência energética;
- O novo quadro de investimento da União Europeia e os objetivos e os financiamentos que em concreto se virão a definir para o setor;
- A aprovação de um novo CGD alinhado com o cumprimento da DIA e do PAPERSU 2030.

Em suma, a RSTJ visa o desenvolve a sua atividade, ciente dos fatores críticos, internos e externos, que podem comprometer a gestão, mantendo-se orientada para que esta se torne uma referência a nível regional e nacional no setor de gestão de resíduos urbanos e demais objetivos que lhe estão cometidos.



III. ESTRUTURA DE CAPITAL

A RSTJ é uma entidade empresarial local de âmbito intermunicipal, de responsabilidade limitada, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, detida na sua totalidade por entidades participantes públicas, nos termos constantes do artigo 1.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O capital social está subscrito e integralmente realizado da forma apresentada no quadro seguinte:

Acionistas	Tipo de ações	Capital	Valor Nominal por ação	N.º de Ações	% Capital
Município Alcanena	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Chamusca	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Constância	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Entroncamento	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Ferreira do Zézere	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Golegã	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Santarém	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Tomar	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Torres Novas	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
Município Vila Nova da Barquinha	Nominativas	€ 5.000,00	€ 5,00	1.000	10%
		€ 50.000,00		10.000	100%

Nos termos dos artigos 6.º e 8.º dos estatutos da sociedade, as ações serão sempre nominativas, só podendo ser transmitidas a entidades de natureza pública e pelo menos cinquenta e um por cento do capital da sociedade deverá ser sempre detido por entidades desta natureza.

Não existiram alterações à estrutura do capital durante o ano de 2025.

IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A RSTJ não detém participações sociais em qualquer empresa de natureza associativa ou fundacional.

A RSTJ é associada das seguintes entidades, nenhuma delas prosseguindo fins comerciais:

- ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos (NIPC: 509064086);
- Associação EcoParque do Relvão (NIPC: 509055133);
- Mediatejo 21 - Agência Regional de Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul (NIPC: 508993628);
- Nersant - Associação Empresarial da Região de Santarém (NIPC: 502 280 280).

Não existem ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

Ainda no âmbito das obrigações detidas, em 2024, a RSTJ tem prestadas duas garantias bancárias. Uma favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), destinada a assegurar o integral cumprimento das condições impostas na licença de exploração de aterro, no montante de 120.000,00€ e uma outra a favor da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), destinada a garantir até ao limite do valor da caução o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos ambientais causados como consequência da exploração da ETAR por osmose inversa, no montante de 31.875,00€.

Não foram concedidas em 2025 quaisquer autorizações nos termos do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do artigo 669 do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

a. Modelo de Governo

São órgãos sociais da Empresa a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único, representado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), em conformidade com o definido no artigo 14.º dos seus Estatutos. A empresa assume um modelo de governo societário que assegura uma efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização, dando cumprimento ao disposto no art.º 30º e seguintes do regime jurídico do setor público empresarial. As regras aplicáveis à nomeação e substituição dos representantes dos membros dos Órgão Sociais encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa.

b. Assembleia Geral

A Assembleia Geral é formada pelos representantes dos detentores do capital social da empresa. Cada representante do capital social tem direito a um número de votos correspondente à proporção da respetiva participação no capital.

A composição da mesa da Assembleia Geral durante o ano 2025 foi a seguinte:

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
Início - Fim				
09/11/2021 – 05/12/2025	PRESIDENTE	Alfredo Condeço Amante (MUNICÍPIO DE SANTARÉM)	AG	09/11/2021
09/11/2021 – 05/12/2025	1.º SECRETÁRIO	Helder Henriques (MUNICÍPIO DE TOMAR)	AG	09/11/2021



09/11/2021 - 05/12/2025	2.º SECRETÁRIO	Manuel José Coimbra Mourato (MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA)	AG	09/11/2021
-------------------------	----------------	--	----	------------

Nos termos do n.º 2 do artigo. 11º dos Estatutos da sociedade, foram realizadas eleições no dia 5 de dezembro de 2025 que definiram a nova mesa da Assembleia Geral.

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
Início - Fim				
05/12/2025 - (...)	PRESIDENTE	João Francisco Teixeira Leite (MUNICÍPIO DE SANTARÉM)	AG	05/12/2025
05/12/2025 - (...)	1.º SECRETÁRIO	Elvira Maria Machado Cruz Sequeira (MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO)	AG	05/12/2025
05/12/2025 - (...)	2.º SECRETÁRIO	FManuel José Coimbra Mourato (MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS)	AG	05/12/2025

Todos os membros designados para a mesa da Assembleia Geral assumiram funções não remuneradas.

Em 2025, não foram tomadas quaisquer deliberações que, por imposição estatutária só pudessem ser tomadas com maioria qualificada, uma vez que inexistem matérias nas competências da Assembleia Geral que não possam ser aprovadas por maioria simples.

C. Administração e Supervisão

Relativamente ao Conselho de Administração, a sua composição é de exatamente três membros, sendo um deles o Presidente. Em 31/12/2024 era a seguinte:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Empresa pagadora	O/D
Início - Fim						
09/11/2021 - 05/12/2025	PRESIDENTE	Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado	AG	09/11/2021		
09/11/2021 - 05/12/2025	VOGAL	Elvira Maria Machado Cruz Sequeira	AG	09/11/2021		N/A
09/11/2021 - 05/12/2025	VOGAL	António Carlos da Costa Camilo	AG	09/11/2021		

Nos termos do n.º 2 do artigo. 11º dos Estatutos da sociedade, foram realizadas eleições no dia 5 de dezembro de 2025 que definiram um novo Conselho de Administração.



Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Empresa pagadora	O/D
05/12/2025 - (...)	PRESIDENTE	Nuno Jorge Lino Mira	AG	05/12/2025		
05/12/2025 - (...)	VOGAL	Marina Lopes Honório	AG	05/12/2025		N/A
05/12/2025 - (...)	VOGAL	António Carlos da Costa Camilo	AG	05/12/2025		

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três membros, sendo a duração estatutária dos mandatos correspondente à dos mandatos autárquicos. Os membros do Conselho de Administração exerceram funções não remuneradas. Esta decisão só pode ser alterada pela Assembleia Geral, nos termos do nº 4 do art.º 19.º dos Estatutos.

Abaixo expõem-se as qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do conselho de administração:

Nome

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

Nota Curricular

Habilitações Académicas : Licenciatura em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar; Mestrado em Conservação e Restauro, Instituto Politécnico de Tomar

Experiência profissional: Presidente da Câmara Municipal da Chamusca; Presidente da empresa Associação; Eco Parque do Relvão; Membro do conselho administrativo, da empresa ECODEAL - Gestão Integral de Resíduos Industriais, S.A; Membro do conselho administrativo, da empresa SISAV; Presidente, da empresa RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo; Proprietário, da empresa Ícone - Conservação e Restauro; Diretor Técnico, empresa Ícone - Conservação e Restauro; Coordenador Técnico e Formador da empresa CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato.

Nome

Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira

Nota Curricular

Habilitações Académicas: Direção e Gestão de Empresas para Jovens Empresários na GECTI; Gestão da Atividade Turística no ISCTE; Diploma de First Certificate em Inglês e frequência do Proficiency A em Cambridge School; Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa; Mestrado em Teoria e Análise Cultural, com a tese «A consciência de si e a alteridade»

Experiência profissional: Vereadora em Permanência na Câmara Municipal de Torres Novas; Professora do Ensino Secundário (Filosofia, Psicologia, Área de Integração, Técnicas Pedagógicas e Intervenção Educativa e Sociologia); Diretora de Turma, Coordenadora de Ano, Delegada de Grupo; Coordenadora de Cursos Tecnológicos, Diretora de Curso (Cursos Profissionais); Presidente da 1ª Assembleia Constituinte da Escola Secundária de Alcanena, Membro da Assembleia de Escola, Conselho Geral Transitório e Conselho Geral até ao presente ano na Escola Secundária de Alcanena; Estágio Profissional no Instituto de Promoção Turística - Freelancer na área do Turismo
 Outras experiências: Presidente da Associação de Pais da Escola Básica nº 1 de Torres Novas (2001-2004); Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de Maria Lamas (2008-2010); Vogal da Direção do Centro de Bem Estar Social da Zona Alta desde 2002; Vice-Presidente desde 2006 - Guia de Portugal no 1º Agrupamento de Abrantes; Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Novas



Nome

António Carlos da Costa Camilo

Nota Curricular

Experiência profissional: Presidente da Câmara Municipal da Golegã desde 2021; Presidente da Junta de Freguesia da Golegã (2013-2021); Presidente da Assembleia de Freguesia da Golegã (2009-2013); Técnico Superior – Contabilidade, no Município da Golegã, desde 1978

Outras experiências: Dirigente do Clube de Campismo e Caravanismo "Arco Íris" (1990-2000); Dirigente do Futebol Clube Goleganense (FCG) desde 1981; Membro dos órgãos sociais da Casa do Benfica da Golegã desde 2005, sendo atualmente o Presidente de Mesa da Assembleia Geral; Presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Golegã; Membro dos órgãos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Golegã, desde 1991 até ao ano de 2005. Posteriormente desempenhou funções de Presidente do Conselho Fiscal e, atualmente, desempenha funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral daquela Associação; Colaborou na organização da Feira Nacional do Cavalo, desde 1984 até 2002, tendo exercido as funções de Secretário-Geral da Feira Nacional do Cavalo. Participou ativamente na organização de várias provas hípcas, com especial destaque para o Campeonato Europeu de Horse Ball levado a efeito na Golegã em 1994. Desde 1998 até 2002 fez parte da organização de vários concursos hípcos não só inseridos no âmbito da FNC como noutros eventos. É atualmente Presidente da Associação Feira Nacional do Cavalo.

Nome

Nuno Jorge Lino Mira

Nota Curricular

Experiência profissional: Presidente da Câmara Municipal da Chamusca desde 2025; Técnico Superior na Divisão Administrativa e Financeira da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (2024-2025); Técnico Superior de Gestão na RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (2013-2020 e 2021-2024); Adjunto do Presidente da Câmara Municipal da Chamusca (2020-2021).

Formação Académica: Mestrado em Gestão pelo ISCTE Business School; Licenciatura em Gestão pela Universidade de Évora (2009-2012). Outras Formações Relevantes: V Programa de Formação Avançada para a Negociação Europeia, ministrado em Lisboa e Bruxelas pela Professora Doutora Maria João Rodrigues (2017); Formação Modular em Gestão de Conflitos (2013); Participação no seminário "¿Gana la Banca? Retos y oportunidades de la tormenta financiera", realizado em Badajoz (2010).

Participação Cívica: Membro da Assembleia Municipal da Chamusca (2017-2021); Membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande (2013-2017).

Associativismo: Presidente do Conselho Fiscal do Chamusca Basket (2018-2024); Vice-Coordenador do Setor Financeiro da Associação Académica da Universidade de Évora (2011-2012); Vice-Coordenador do Setor de Política Educativa da Associação Académica da Universidade de Évora (2010-2011).



Nome

Marina Lopes Honório

Nota Curricular

Licenciatura em Relações Internacionais, ramo Político-Económicas (2005), tendo posteriormente concluído a componente curricular do Mestrado em Gestão, na área de especialização em Setor Público Administrativo (2012). Detém ainda uma Pós-Graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local (2013). Integra a carreira de Técnica Superior de Relações Internacionais, no Município de Vila Nova da Barquinha, no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento e Empreendedorismo Local. Desde outubro de 2017 exerce funções de Vereadora na Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, assumindo o cargo de Vice-Presidente desde 2021 até à presente data. Ao longo do seu mandato tem assumido diversos pelouros, designadamente nas áreas da educação, cultura, ação social, juventude, desporto, turismo, associativismo, ordenamento do território e urbanismo, obras municipais, ambiente e florestas, recursos humanos, modernização administrativa, gestão financeira e patrimonial, entre outras. Destaca-se a coordenação e integração de vários grupos de trabalho estratégicos, nomeadamente: Regulamento Municipal para Limpeza de Terrenos em Solo Urbano (2023); Alteração aos Regulamentos do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, no âmbito da internalização da respetiva entidade gestora (2023); Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais (2023); Carta Municipal da Habitação (2024); Plano Municipal de Ação Climática (2024); Acompanhamento do processo de descentralização de competências nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde. Exerceu ainda funções como Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Nova da Barquinha (2017-2021) e Tesoureira da Associação CIEC (2017-2021), tendo desempenhado funções de liquidatária no processo de extinção e internalização da entidade gestora do Parque Empresarial municipal, Centro de Negócios EM. É membro do Conselho Municipal de Educação e representante no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Vila Nova da Barquinha. Ao nível da valorização profissional, tem participado regularmente em ações de formação nas áreas da contratação pública, gestão financeira pública, recursos humanos, urbanismo e sustentabilidade ambiental.

Inexistem quaisquer participações patrimoniais que os membros do Conselho de Administração detenham na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

O Conselho de Administração reúne periodicamente, habitualmente com periodicidade mensal. Em 2025, realizaram-se doze reuniões deste órgão, não se registando nenhuma ausência de nenhum dos membros do Conselho de Administração.

Abaixo expõem-se os cargos exercidos em simultâneo em outras empresas pelos membros do Conselho de Administração:

Nome	Acumulação de funções		
	Empresa	Função	Regime
Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado	ECODEAL - Gestão Integral de Resíduos Industriais, S.A.	Membro do CA (desde 2014-04-14)	Privado
Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado	SISAV - Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	Membro do CA (desde 2014-04-04)	Privado



Nome	Acumulação de funções		
	Empresa	Função	Regime
Nuno Jorge Lino Mira	ECODEAL - Gestão Integral de Resíduos Industriais, S.A.	Vogal do CA (desde 2025-11-25)	Privado
Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado	SISAV - Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	Membro do CA (desde 2025-12-03)	Privado

d. Fiscalização

A fiscalização da empresa é exercida por um Fiscal Único que neste caso é uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designadamente, Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda., com inscrição na OROC n.º 181 e registada na CMVM com o n.º 20161483, representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, com inscrição na OROC n.º 1085, que tem como suplente Floriano Manuel Moleiro Tocha, com inscrição na OROC n.º 929.

Abaixo expõe-se as qualificações do Fiscal Único:

Nome	Nota Curricular
Paulo Dinis Delgado Chaves	<p>Habilitações Académicas</p> <ul style="list-style-type: none">- Curso de Auditoria Informática pela Price&Coopers- Licenciatura em Auditoria Financeira, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)- Bacharelato em Contabilidade, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)- Revisor Oficial de Contas N.º1085- Contabilista Certificado n.º 33677 <p>Atividade Profissional Exercidas Nos Últimos 5 Anos:</p> <p>Sócio na Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda., desde setembro de 2002, exercendo funções de gerente da sociedade, Revisor oficial de contas em diversas empresas e responsável de trabalhos de auditoria e controlo de qualidade da SROC.</p>



[Handwritten signature]

Indicador	CGD 2022	Valor do Indicador	Avaliação 2024 ERSAR
RU 01 Acessibilidade física ao serviço			O indicador foi eliminado
RU 02 alterado para RU 02ab Acessibilidade do serviço de recolha selectiva	100%	65%	
RU 03 Acessibilidade económica ao serviço			O indicador é avaliado nas Entidades Gestoras em Baixa
RU 04 alterado para RU 05 Lavagem de Contentores de recolha seletiva	1	0	
RU 05 alterado para RU06 Resposta a reclamações e sugestões	100%	100%	
RU 06 alterado para RU 07 Cobertura de gastos	1,1%	100%	
RU 07 Reciclagem de resíduos de recolha seletiva			O indicador foi eliminado
RU 08 Reciclagem de resíduos da recolha indiferenciada			Alterado. Alterada a designação. Renumerado. Incorporado noutra critério
RU 09 Valorização dos resíduos por TMB			Alterado. Alterada a designação. Renumerado. Incorporado noutra critério
RU 10 Capacidade de encaixe do aterro disponível			O indicador foi eliminado
RU 11 alterado para RU 09 Renovação do parque de viaturas			Não foi evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas
RU 13 Adequação dos Recursos Humanos			O indicador foi eliminado
RU 14 Utilização de recursos energéticos			O indicador foi eliminado
RU 15 Qualidade dos lixiviados após tratamento			O indicador foi eliminado
RU 16 alterado para RU 23 Emissão de gases com efeito de estufa	57 kg CO2/t	59 kgCO2/t	

O Anexo III define as principais iniciativas estratégicas a desenvolver pela RSTJ E.I.M S.A. no quinquénio 2020-2024, cuja execução se apresenta abaixo.

Iniciativas Estratégicas	Execução	Observações
1 Implementação até final de 2020 de um sistema de informação geográfica, para a eficiência e gestão dos contentores afetos à recolha seletiva de embalagens.		



Nome	Nota Curricular
Floriano Manuel Moleiro Tocha	<p>Habilitações Académicas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pós-Graduação em Gestão de Empresas, na vertente Auditoria Contabilística e Económica e Financeira (Curso de Mestrado) - Licenciatura em Gestão, pela Universidade Autónoma de Lisboa - Bacharelato em Contabilidade, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) - Revisor Oficial de Contas N.º929 - Contabilista Certificado n.º 14978Atividade Profissional Exercidas Nos Últimos 5 Anos: <p>Sócio na Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda., desde 2003, exercendo funções Revisor oficial de contas em diversas empresas e responsável de trabalhos de auditoria.</p>

e. Revisor Oficial de Contas

O ROC é Fiscal Único, neste caso uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designadamente, Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda., com inscrição na OROC n.º 181 e registada na CMVM com o n.º 20161483, representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, com inscrição na OROC n.º 1085, que tem como suplente Floriano Manuel Moleiro Tocha, com inscrição na OROC n.º 929.

Mandato (Início – Fim)	Identificação SROC			Designação			N.º de Anos de funções exercidas no grupo	N.º de Anos de funções exercidas no grupo
	Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2021 – 2025	Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Dinis Delgado Chaves	181	20161483	Ass.Geral após deliberação pelas Ass. Municipais dos Acionistas	2021	2021	NA	2

O Fiscal Único/ROC no ano de 2025 recebeu os seguintes montantes:

Nome	Remuneração anual 2025 (€) Bruta
Tocha, Chaves e Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Dinis Delgado Chaves	11.880,00€



No ano de 2020 foi elaborado e aprovado um manual de acolhimento, atualizado em 2024 que reúne um conjunto de informação sobre a empresa, atividade prosseguida pela mesma, enquadramento legal, entre outros, de forma a permitir aos novos colaboradores da RSTJ um acesso facilitado a informação relevante.

No âmbito das novas admissões, e para além deste manual, é igualmente dado conhecimento aos novos colaboradores dos códigos e planos atrás enunciados, para garantir que todos os trabalhadores da empresa estão devidamente informados sobre as boas práticas que devem ser adotadas na prossecução das suas funções e, também, dos riscos e medidas a implementar na eventualidade da ocorrência de alguma das situações previstas naqueles documentos.

b. Controlo Interno e Gestão de Riscos

A empresa dispõe de um conjunto de estratégias, processos e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, para garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável e o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

Desde o início da atividade operacional da empresa, a RSTJ, E.I.M., S.A. tem vindo a criar um conjunto de procedimentos de controlo interno relativos às diferentes áreas funcionais da empresa (financeira, administrativa e operacional), de forma a clarificar o seu modo de atuação e definir objetivamente as boas práticas, que se pretende que sejam adotadas por todos os colaboradores, e a permitir salvaguardar a segurança dos ativos e informação, a segregação de funções, a definição dos documentos e registos adequados e os procedimentos de autorização para a realização de transações.

Ao nível financeiro, destacam-se ainda as auditorias realizadas periodicamente pelo Fiscal Único, bem como o encerramento intercalar de contas no final do 1.º semestre de cada exercício.

Ao nível operacional, são realizadas ações de verificação periódica no âmbito da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho pela Técnica Superior de HSST.

As relações de dependência hierárquica e funcional da empresa estão expressas no organograma da empresa:

Ao nível dos riscos a que a empresa se expõe no exercício da sua atividade, identificam-se em seguida as unidades orgânicas responsáveis pela sua identificação e controlo:

- Risco financeiro: Direção Administrativa e Financeira
- Riscos comerciais: Direção Administrativa e Financeira
- Riscos legais: Todas as Direções e Áreas
- Riscos operacionais e de HSST: Direção de Capital Humano
- Riscos de obsolescência de equipamentos e infraestruturas – Assessor da Direção e Encarregados Gerais

Relativamente ao processo de divulgação de informação financeira, refira-se que esta é comunicada nos prazos estipulados a todas as entidades competentes. O Conselho de Administração publicita no sítio da internet da empresa toda a informação, com a periodicidade legalmente prevista.

Como orientação interna, e atendendo ao setor de atividade em que se insere, a RSTJ tem desde a sua criação prosseguido a sua atividade em conformidade com as recomendações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), suportando os seus procedimentos internos nas orientações e pareceres emanados por aquela entidade, tendo em vista a implementação das boas práticas já definidas para este setor de atividade.



A empresa participa ativamente no sistema de reporte de indicadores da qualidade do serviço à ERSAR (os quais incluem também um vasto conjunto de informação económico-financeira), desenvolvendo procedimentos internos necessários à recolha exaustiva de toda a informação necessária, de forma fidedigna e estruturada, tendo em vista a produção de informação fiável. O reporte destes dados é efetuado anualmente, dentro dos prazos previstos, sendo também realizadas periodicamente auditorias por parte da ERSAR, para validação de toda a informação reportada, destacando-se que os resultados dessas auditorias têm sido bastante positivos e motivadores de um processo de contínuo desenvolvimento e melhoria da empresa.

Ao nível da análise e resposta a reclamações apresentadas pelos clientes, a empresa cumpre os aspetos preceituados na legislação em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei nº 194/2009, articulando as suas decisões e respostas com a entidade reguladora. Os procedimentos desenvolvidos englobam a comunicação das reclamações através do portal eletrónico da ERSAR, criado para o efeito.

C. Regulamentos e Códigos

A gestão da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. desenvolve-se de acordo com o enquadramento legislativo e normativo aplicável à sua atividade, encontrando-se suportada, entre outros, pelos seguintes documentos:

- Estatutos;
- Contrato de Gestão Delegada;
- Instrumentos de Gestão Previsional (Orçamento e Plano de Atividades);
- Relatório e Contas;
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Plano de Igualdade de Género;
- Código de Ética e Conduta;
- Regulamento interno
- Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais – Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- Regime Jurídico do Setor Público Empresarial – Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro;
- Código das Sociedades Comerciais - Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de setembro;
- Código dos Contratos Públicos – Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e respetivas alterações, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e Decreto Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro;
- Regime Jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos – Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto e respetivas alterações;
- Regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852 - Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro;
- Regulamento tarifário dos serviços de gestão de resíduos urbanos aprovados pela ERSAR;



- Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª Geração do Sistema de Avaliação;

Assume particular relevância, neste âmbito, o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, disciplinando a sua atividade, com aplicação também da lei comercial, dos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo Regime do Setor Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas aí previstas.

d. Deveres especiais de informação

No sítio da internet da empresa (www.rstj.pt) encontra-se divulgada toda a informação mencionada no art.º 43º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e no nº 2 do art.º 61º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, designadamente:

- Contrato de sociedade e Estatutos;
- Estrutura do Capital Social;
- Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva remuneração auferida;
- Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- Orçamento Anual, Plano Plurianual de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos;
- Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual de gestão ou administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;
- Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Identificação da entidade gestora, suas atribuições e âmbito de atuação;
- Contrato de gestão delegada;
- Regulamentos de serviço;
- Tarifários;
- Informações sobre a prestação e interrupções de serviço;
- Contactos e horários de atendimento.

Para o cumprimento dos deveres de informação e transparência a RSTJ se encontra sujeita, a suprarreferida informação é publicitada no sítio da internet da empresa, estando disponível para consulta e divulgação pela UTAM, para efeitos do número 1 do artigo 53º do RJSPE.

e. Sítio da Internet

Todas as informações que, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do Código das Sociedades Comerciais estão sujeitas a divulgação pública são publicadas no sítio www.rstj.pt onde podem ser consultados¹:

¹ A identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular e os montantes auferidos pelos membros do órgão de gestão podem ser encontrados em <https://rstj.pt/rstj/orgaos-sociais/>. Os demais elementos em: <https://rstj.pt/rstj/documentos/>



- Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<https://rstj.pt/contactos/>

- Os estatutos da empresa;

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2020/10/Copia-Escritura-Constituicao.pdf>

- A estrutura do capital social;

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2020/10/Estrutura-Capital-Social.pdf>

- Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<https://rstj.pt/rstj/orgaos-sociais/>

- Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<https://rstj.pt/rstj/documentos/> > Contas > Relatório e Contas

<https://rstj.pt/rstj/documentos/> > Contas > Relatórios Trimestrais/Semestrais

- Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2021/01/contrato-de-gestao-delegada-assinado.pdf>

- Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

<https://rstj.pt/rstj/documentos/> > Relatórios > Apoios financeiros recebidos do Estado

- Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada;

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2021/03/Regulamento-Interno.pdf>

- Código de Ética;

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2022/10/Codigo-de-Etica-13.10.2022.pdf>

- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2021/02/INFORMAC%CC%A7A%CC%83O-7.pdf>

- Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo; Não aplicável

- Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR;

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2021/02/INFORMAC%CC%A7A%CC%83O-7.pdf>

- Código de Conduta;

<https://rstj.pt/wp-content/uploads/2022/10/Codigo-de-Etica-13.10.2022.pdf>



rstj
RESITEJO*

Gestão e Tratamento de Resíduos. E.I.M., S.A.

f. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Através do Contrato de Sociedade, Estatutos e Contrato de Gestão Delegada, os Municípios acionistas delegaram na RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. todos os poderes necessários ao cumprimento do objeto social, aprovando anualmente as tarifas e tendo conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do objeto da sociedade.

A empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos seus órgãos ou que sobre ela exercem poderes de tutela e, subsidiariamente, pelo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, e, no que neste não for especialmente regulado, pela Lei Comercial e, subsidiariamente, pelo Regime do Setor Empresarial do Estado, com as orientações estratégicas definidas pelo Contrato de Gestão Delegada e Municípios acionistas.

VII. REMUNERAÇÕES

a. Competência para a determinação

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

b. Comissão de Fixação de Remunerações

Não aplicável. A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.

c. Estrutura das Remunerações

Não aplicável. O exercício dos cargos pelos membros do Conselho de Administração não foi remunerado.

d. Divulgação das Remunerações

Não aplicável. O exercício dos cargos pelos membros do Conselho de Administração não foi remunerado.

e. Prevenção de conflito de interesse

Os membros do Conselho de Administração da RSTJ têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Sociedades, em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de abril na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do CA da RSTJ cumprem com as seguintes obrigações:

- Considerando que os membros do CA da RSTJ não detêm participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam, não procederam a entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, da declaração do artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e nº1 do artigo 52º do Decreto-lei nº.133/2013 de 3 de outubro;
- Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto – Regulamentar nº 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro) dado que são eleitos para órgãos autarquias;
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente;
- Cumprimento das demais disposições previstas no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.



- Cumprimento das demais obrigações previstas para órgãos de administração, no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

Os procedimentos adotados pela RSTJ, em matéria de aquisição de bens e serviços obedecem ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, do Decreto-Lei n.º 170/2019, de 04 de dezembro e do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do Artigo 11.º do CCP, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento e as peças de procedimentos e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo as respetivas adjudicações autorizadas pelos membros deste Órgão Social ou, se aplicável, em quem tenha essa competência delegada.

As transações com as partes relacionadas (os Municípios participantes no Capital Social da empresa) são objeto de tratamento contabilístico adequado, nomeadamente através da desagregação de diversas contas do Plano de Contas utilizado (clientes, fornecedores, outros credores / devedores), de forma a permitir, com rigor e de forma transparente, traduzir de forma fiável a relação entre as partes.

Não existiram transações que tivessem ocorrido fora das condições de mercado.

Ao nível da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), o seu valor total em 2025 foi de 4.209.103,47€. Apresenta-se abaixo a lista dos fornecedores que representam mais de 5% do universo total dos FSE da empresa:

Fornecedor	Valor (€ incluindo IVA)	% FSE total	Observações
Lubrifuel - Combustíveis e Lubrificantes, Lda	1.337.814,50 €	31,78 %	Combustíveis
Lusitania Companhia Seguros, SA	576.760,85 €	13,70 %	Seguros
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A.	367.690,92 €	8,73 %	Electricidade
Espaco Mecanico, SA	288.068,34 €	6,84 %	Peças e alugueres de equipamentos

De salientar que os dados relativos às relações financeiras existentes entre a empresa e as entidades públicas participantes são apresentados no Relatório de Gestão e Contas da empresa, nomeadamente, no Anexo às Demonstrações Financeiras.

IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. apresenta no final do ano de 2025 uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável, evidenciando a capacidade de adaptação e resiliência da sua

gestão num contexto macroeconómico que, embora mais favorável do que em anos anteriores, manteve desafios significativos. A economia portuguesa registou um crescimento do Produto Interno Bruto de 2,0%, acima da média da zona euro, e a inflação situou-se em 2,2%, em trajetória de descida, enquanto o Banco Central Europeu procedeu a uma redução das taxas de juro, fixando em dezembro a taxa aplicável às operações principais de refinanciamento em 2,15%. Este enquadramento, embora positivo, não eliminou por completo as pressões sobre os custos de financiamento e sobre a estrutura de gastos da empresa.

A gestão financeira sólida e disciplinada adotada pela administração permitiu alcançar resultados expressivamente positivos, refletidos no resultado líquido do exercício, que ascendeu a 222.384,70 euros, um valor extraordinariamente superior ao obtido no ano anterior e que demonstra a qualidade das decisões tomadas ao longo do período. O volume de negócios atingiu 13.115.101,91 euros, registando um crescimento de 15,31% face a 2024, superando as projeções inicialmente estabelecidas e evidenciando a capacidade da empresa para manter e expandir a sua atividade operacional. A eficiência operacional foi uma prioridade constante, resultando numa gestão rigorosa dos custos, com os Fornecimentos e Serviços Externos a totalizarem 4.209.103,47 euros, valor inferior ao orçamentado em 20%, o que representa uma poupança de 1.032.962 euros. Esta redução, embora em parte decorrente da indisponibilidade financeira para realizar a totalidade dos trabalhos especializados previstos, reflete o esforço de contenção desenvolvido pela administração para adequar a despesa à real capacidade financeira da empresa.

Os investimentos estratégicos realizados durante o ano totalizaram 1.296.568,75 euros em ativos fixos tangíveis, destacando-se a aquisição de equipamento básico, equipamento de transporte e ativos em curso, além de 49.970,80 euros em ativos intangíveis, incluindo programas de computador. Estes investimentos, embora relevantes e alinhados com o objetivo de modernização das infraestruturas, ficam aquém das necessidades identificadas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos e nas exigências decorrentes da Declaração de Impacto Ambiental, cujo cumprimento exige um esforço financeiro significativamente superior, estimado em cerca de 13,8 milhões de euros, e que está inteiramente dependente da aprovação do novo Contrato de Gestão Delegada.

Os indicadores financeiros apresentados demonstram solidez e equilíbrio, com uma autonomia financeira de 0,28, uma liquidez geral de 0,66 e uma solvabilidade de 0,40. No cenário em que ao valor do capital próprio for acrescida a dívida registada no passivo não corrente aos acionistas, no montante de 2.642.011,80 euros, correspondente ao valor do trespasse a converter em capital, estes valores refletir-se-iam numa autonomia financeira de 45,4%, numa liquidez geral de 1,83 e numa solvabilidade de 83,2%, números que evidenciam a robustez patrimonial da empresa quando considerada a totalidade dos seus ativos e passivos numa perspetiva de médio e longo prazo.

A análise comparativa com as projeções do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira de 2018, realizada nos termos do n.º 7 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, evidencia, contudo, desvios significativos que importa considerar. O ativo total fixou-se em 15.531.502,38 euros, face a uma projeção de 21.358.000 euros, e o capital próprio situou-se em 4.412.776,53 euros, contra uma projeção de 13.994.000 euros, diferenças que resultam fundamentalmente do método utilizado para a determinação do justo valor dos ativos aquando da cessão do estabelecimento da Resitejo, bem como da não concretização das receitas previstas relacionadas com contratos com a Ecolezíria e grandes produtores, cujas expectativas não se materializaram. Esta desatualização do EVEF em vigor reforça a necessidade imperiosa da sua revisão, de modo a alinhá-lo com a realidade operacional e financeira da empresa e com o novo contexto legal e regulamentar.

Domínio Social

No domínio social, a RSTJ mantém um compromisso firme com a valorização dos seus colaboradores e com a promoção de condições de trabalho dignas e seguras, numa perspetiva de desenvolvimento humano integrado e de promoção ativa da igualdade de género e da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

No que se refere à política de recursos humanos e promoção da igualdade, a valorização sustentada dos recursos humanos da RSTJ está presente em todas as práticas de gestão de recursos humanos da empresa. A



1 de agosto de 2017, através da Lei n.º 62/2017, foi aprovado o Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa. No seu artigo 7.º, as entidades do setor público empresarial devem, anualmente, elaborar planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. De forma a cumprir esta exigência, anualmente, e desde 2021, a RSTJ tem vindo a aprovar o Plano para a Igualdade de Género. Através deste documento, a empresa pretende demonstrar o seu posicionamento atual, as suas políticas e práticas no âmbito da igualdade de género. Atualmente, a RSTJ encontra-se a implementar o Plano para a igualdade submetido após a elaboração do devido diagnóstico com recurso à ferramenta concebida para o efeito e disponibilizada pela CITE no seu sítio eletrónico.

A 31 de dezembro de 2025 a RSTJ contava com 254 pessoas ao seu serviço, das quais 161 homens e 93 mulheres, correspondendo a 63% e 37% respetivamente. Importa salientar que inexistem diferenças remuneratórias e/ou de evolução na carreira decorrentes de considerações de género, sendo a política de remunerações e de desenvolvimento profissional pautada exclusivamente por critérios de mérito, competência e desempenho, em total conformidade com os princípios da igualdade de tratamento e não discriminação.

A RSTJ disponibiliza aos seus colaboradores as ferramentas necessárias para que possam adquirir e aperfeiçoar conhecimentos e competências, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento integrado, quer profissional, quer pessoal e, conseqüentemente, para a evolução da empresa. No decorrer de 2025 foram desenvolvidas ações de formação interna e externa num total de 2.010 horas, abrangendo áreas tão diversas como o manuseamento de extintores, primeiros socorros, segurança e saúde no trabalho, meios de combate a incêndios e derrames, noções de metrologia e calibração, controlo dos equipamentos de monitorização e medição, segurança na operação de guas articuladas em camião, suporte básico de vida adulto, controlo de hemorragias major, formação contínua e inicial de condutores de veículos pesados de mercadorias, tratamento de não conformidades, operação e utilização de empilhador e Bobcat, acolhimento de novos colaboradores, promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens, emprego inclusivo com quotas para pessoas com deficiência, gestão inclusiva das incapacidades no contexto de trabalho, especialização em inteligência artificial para negócios, inspeção prática de equipamentos de proteção coletiva e sinalização em obras, e dinamização de diálogos diários de segurança. Este investimento na formação reflete o compromisso da empresa com a valorização contínua dos seus recursos humanos e com a melhoria permanente das competências e da qualificação dos seus trabalhadores.

Importa ainda evidenciar o aprofundamento da sistematização dos processos de recrutamento, assim como a abertura de processos de seleção interna, criando oportunidades à mobilidade de trabalhadores entre funções e ao desenvolvimento de novas competências, numa lógica de valorização do talento interno e de promoção de percursos profissionais diversificados e enriquecedores.

Atenta à saúde e à qualidade de vida dos trabalhadores, a RSTJ disponibiliza um abrangente seguro para prestação de cuidados de saúde, com vista à manutenção das suas aptidões e do seu equilíbrio pessoal, dá cumprimento a um plano de medicina ocupacional ajustado às características da atividade, assim como desenvolve medidas específicas para a saúde mental dos seus trabalhadores, com implementação do questionário de diagnóstico de riscos psicossociais COPSQ II – versão curta, permitindo identificar e prevenir situações de stress e de desgaste profissional.

Ainda no âmbito do equilíbrio da vida pessoal e profissional, após acauteladas as iniciativas exigidas, foi implementada a redução do intervalo de descanso de 1 hora para 30 minutos, generalizadamente em jornada contínua, de forma a que os trabalhadores reduzissem o tempo de permanência na empresa, promovendo uma melhor conciliação entre as suas obrigações profissionais e as suas responsabilidades familiares e pessoais.

No que respeita à Educação Ambiental, as intervenções e iniciativas desenvolvidas através da Área de Ambiente e Sustentabilidade disponibilizam uma oferta educativa com boas práticas ambientais, fomentando a consolidação de processos ambientalmente sustentáveis. Destacam-se as visitas às instalações, a intensificação



das atividades de educação ambiental junto das escolas dos municípios da área de influência, a promoção de ações de responsabilidade social interna e externamente e a participação direta e ativa em diversos projetos, em colaboração com os municípios, contribuindo para a sensibilização das comunidades para a importância da gestão adequada dos resíduos e para a adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis.

Domínio Ambiental

O domínio ambiental constitui, por natureza, o cerne da atividade da RSTJ, enquanto empresa responsável pela gestão e tratamento dos resíduos urbanos produzidos por cerca de 194 mil habitantes numa área de 2.466 km². No exercício de 2025, a empresa deu continuidade à sua missão de assegurar o destino final adequado dos resíduos, promovendo a valorização multimaterial e orgânica e contribuindo para o cumprimento das metas ambientais nacionais e comunitárias. As quantidades de resíduos rececionados e tratados mantiveram-se em linha com os anos anteriores, evidenciando a estabilidade operacional do sistema.

Contudo, o exercício de 2025 ficou marcado pela crescente consciencialização da urgência em cumprir com as condicionantes impostas pela Declaração de Impacto Ambiental, emitida no âmbito do processo de licenciamento único ambiental, cujo prazo de validade termina a 31 de julho de 2027. O cumprimento destas condicionantes, que envolvem investimentos estimados em 13,8 milhões de euros em áreas críticas como a selagem das células do aterro, a construção de redes de drenagem e a implementação de soluções para a gestão de lixiviados, é essencial para garantir a continuidade da operação da empresa e a sua conformidade legal.

Paralelamente, a RSTJ definiu uma visão estratégica ambiciosa materializada no PAPERSU 2030, aprovado pelos seus órgãos sociais, que prevê um conjunto de investimentos na ordem dos 27,3 milhões de euros destinados a modernizar e expandir o sistema, nomeadamente através da aquisição de nova frota de recolha, da construção de uma nova linha de triagem de embalagens, do reforço da rede de ecocentros e da implementação de uma linha dedicada à valorização de biorresíduos. A estes somam-se outros investimentos necessários, como a aquisição de terreno e a construção da Célula 3 do aterro, num valor global adicional de cerca de 7,6 milhões de euros, totalizando um esforço de investimento identificado para assegurar o futuro da empresa na ordem dos 48,7 milhões de euros.

Acresce que a RSTJ já submeteu candidaturas a fundos comunitários no âmbito do PT2030, no valor aproximado de 12,3 milhões de euros, assegurando uma taxa de comparticipação de 80% para as despesas elegíveis, o que demonstra a capacidade da empresa para se posicionar de forma proativa e responsável na captação de financiamento. No entanto, a execução destes investimentos e a própria capacidade de assumir a contrapartida financeira nacional estão inteiramente dependentes da existência de um enquadramento contratual estável e adequado.

Importa ainda considerar os riscos jurídicos e ambientais que subsistem, refletidos nos 25 processos de contraordenação em aberto, envolvendo questões relacionadas com o IMT, a APA e a CCDRLVT, juntamente com litígios fiscais que envolvem um montante em disputa de cerca de 1.033.000 euros, relativos a liquidações corretivas da Taxa de Gestão de Resíduos. Estes processos, embora em fase de impugnação e com efeito suspensivo da cobrança, representam um fator de incerteza que importa acompanhar e gerir com a devida prudência.

Conclusão

Diante do contexto exposto, a gestão de 2025 evidencia a capacidade da RSTJ para se adaptar a pressões externas e para manter um desempenho económico-financeiro positivo, fruto de uma gestão rigorosa e disciplinada. O equilíbrio financeiro alcançado, com um resultado líquido expressivamente superior ao orçamentado, e a estabilidade social mantida, com a valorização dos colaboradores, a promoção da igualdade de género e o investimento na formação e na qualidade de vida, constituem ativos fundamentais para o futuro da empresa.



No entanto, o desalinhamento do atual Estudo de Viabilidade Económico-Financeira com a realidade operacional e regulamentar, a não concretização de receitas previstas em contratos que não se materializaram e a urgência em cumprir as exigências da Declaração de Impacto Ambiental são aspetos que necessitam de revisão urgente. O cumprimento das condicionantes ambientais e a execução dos investimentos previstos no PAPERSU 2030 são condições indispensáveis para garantir a sustentabilidade futura da RSTJ e a continuidade de um serviço público essencial para as populações. Neste contexto, a celebração do novo Contrato de Gestão Delegada para o período 2026-2030 e a aprovação do respetivo Estudo de Viabilidade Económico-Financeira não são uma mera formalidade, mas sim a condição *sine qua non* para que a RSTJ possa superar as atuais limitações financeiras, executar os investimentos críticos para o seu futuro, cumprir as exigências legais e ambientais e assegurar a sua viabilidade a médio e longo prazo. O equilíbrio financeiro e o rigor orçamental demonstrados ao longo do exercício constituem a base sólida sobre a qual este novo ciclo de desenvolvimento poderá ser construído, desde que exista o necessário enquadramento contratual e o compromisso de toda a estrutura acionista.

Abaixo apresentam-se algumas das ações desenvolvidas neste âmbito:

Ações de sensibilização, informação e educação cívica implementadas pela RSTJ	
Trabalhos com alunos - escolas	48 ações (939 alunos envolvidos)
Participação em eventos municipais	7 participações
Visitas guiadas às instalações	16 visitas (574 visitantes)

Campanhas difundidas em meios de comunicação social

Foi regularmente difundida informação nas redes sociais da RSTJ.

É um desígnio da RSTJ prevenir a poluição e gerir adequadamente a minimização dos impactes ambientais resultantes das suas atividades, com a utilização racional dos recursos renováveis e não renováveis, contribuindo ativamente para um futuro mais sustentável.

Ainda neste âmbito, foram realizadas várias intervenções visando reduzir a pegada ecológica da empresa.

X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

No quadro legislativo e regulamentar em vigor sobre o Setor Empresarial do Estado (SEE), assume particular relevância o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que definiu os Princípios de Bom Governo dirigidos ao Estado (enquanto acionista e *stakeholder*) e às empresas por ele detidas.

Na prática, a legislação vigente estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Neste domínio, é atribuído um especial enfoque ao princípio da transparência, ao controlo de risco e à prevenção de conflitos de interesse, incentivando a excelência do governo societário.

Assim, pelas demonstrações neste relatório a empresa cumpre a missão e os objetivos que lhe estão atribuídos e elabora os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, atendendo a parâmetros exigentes da qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

Trata com respeito, equidade e integridade os seus colaboradores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

De igual modo, trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo dos procedimentos legais em matéria de aquisição de bens e serviços.

Dando sequência ao trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo dos anos, e com vista a permitir à empresa melhorar ainda mais o seu desempenho no que se refere às várias dimensões daquilo que devem ser as Boas Práticas de Governo, o Conselho de Administração entende que, no decurso do ano de 2026, deverão ser prosseguidas as seguintes orientações, sem prejuízo de outras que possam vir a ser transmitidas aos serviços posteriormente ou as que decorre do CGD:

- continuar a observar de forma escrupulosa, na atividade diária da empresa, os princípios enunciados nos documentos estratégicos que regem a atividade da empresa;
- continuar a procurar potenciais de otimização no âmbito da atividade da empresa que garantam, permanentemente, a execução dos objetivos estratégicos para ela estabelecidos;
- Aprofundar a monitorização do Plano de Prevenção da Corrupção e dos Riscos de Gestão, com vista a avaliar de forma rigorosa o seu cumprimento;
- Implementar plenamente e monitorizar o Sistema de Gestão Integrada

A informação que evidencia o cumprimento desses princípios pode ser aferida através da consulta do sítio da internet.

A RSTJ está ao dispor para fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

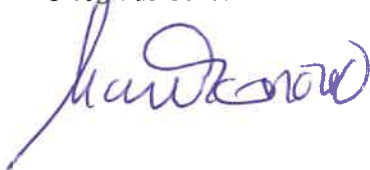
Não existem quaisquer outros elementos ou informações adicionais a disponibilizar.

Carregueira, 27 de fevereiro de 2026

O Presidente do Conselho de Administração



O Vogal do Conselho de Administração



O Vogal do Conselho de Administração





II. ANEXOS

Lista de anexos ao RGS 2025:

- Extrato da Ata da reunião de 27 de fevereiro de 2026 do Conselho de Administração;
- Relatório de Gestão 2025;
- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Convocatória para a Assembleia Geral
- Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2025: aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cf. n.º 1 do artigo 66.º-B do CSC - Não aplicável.

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O texto infra, corresponde ao extrato da Ata n.º 78, da reunião do Conselho de Administração realizada aos vinte e sete dias de Fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, nos termos do n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM,S.A.

Ata n.º 78

--- Ponto 14 – Relatório e Contas 2025 – PROP 269/2026/DG ---

--- Pelo Diretor Geral: Foi apresentado o Relatório e Contas relativo ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2025, elaborado em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística e com as disposições legais e estatutárias aplicáveis. Da análise, verificou-se que o volume de negócios atingiu 13.115.101,91 euros, registando um crescimento de 15,31% face ao ano anterior, e o resultado líquido do período ascendeu a 222.384,70 euros, evidenciando uma gestão criteriosa e rigorosa num quadro de dificuldades e restrições financeiras. Os fornecimentos e serviços externos situaram-se em 4.209.103,47 euros, os gastos com pessoal em 5.693.465,38 euros e o EBITDA em 1.808.368,62 euros. Foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 1.296.568,75 euros. Foi proposta a aplicação do resultado líquido no valor de 22.238,47 euros para reservas legais e 200.146,23 euros para resultados transitados.

--- O Conselho de Administração aprovou por unanimidade o Relatório e Contas de 2025 e a proposta de aplicação de resultados, para posterior submissão à Assembleia Geral. ---

--- Ponto 16 – Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimento 2025 – PROP 268/2026/DG ---

--- Diretor Geral: Foi apresentado o Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimentos relativo ao exercício de 2025, confrontando os valores reais com as previsões orçamentais. Da análise, verificou-se que o volume de negócios apresentou uma execução de 99,8%, com um acréscimo de 15,3% face a 2024. Os fornecimentos e serviços externos registaram uma redução de 20% face ao orçamento, poupando 1.032.962 euros, enquanto os gastos com pessoal foram 3% inferiores ao orçamentado. O resultado líquido ascendeu a 222.385 euros, apresentando uma variação positiva de 2.686% face à previsão. No plano de investimentos, a taxa de execução global situou-se em 5,7%, tendo sido realizados investimentos de 1.346.539 euros face a uma previsão de 23.570.109 euros, justificando-se esta reduzida taxa pela insuficiência de meios financeiros disponíveis.

--- O Conselho de Administração aprovou por unanimidade o relatório, sublinhando-se que a reduzida execução do plano de investimentos compromete a capacidade da empresa para responder aos desafios da DIA e do PAPERSU 2030, reforçando a necessidade urgente de aprovação do novo CGD e EVEF. ---

--- Ponto 18 – Relatório de Governo Societário 2025 – PROP 271/2025/DG ---

--- Pelo Diretor Geral: Foi apresentado o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2025, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013. Da análise, verificou-se que a empresa deu cumprimento a todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis em matéria de governo societário,

designadamente quanto à apresentação e aprovação do plano de atividades e orçamento, divulgação da estrutura de capital, submissão da informação financeira ao Revisor Oficial de Contas, elaboração do relatório de prevenção da corrupção, adoção do Código de Ética e Conduta, contratualização da prestação de serviço público, prossecução de objetivos de responsabilidade social e ambiental, implementação de políticas de recursos humanos e planos de igualdade, declaração de independência dos membros do órgão de administração e cumprimento das obrigações de comunicação de participações patrimoniais e conflitos de interesse. Foram identificados os órgãos sociais, a estrutura de capital, as participações sociais, a organização interna, os regulamentos e códigos, os deveres de informação, as remunerações, as transações com partes relacionadas e a análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. -----

- - - O Conselho de Administração aprovou por unanimidade o Relatório de Governo Societário 2025, para posterior submissão à Assembleia Geral e divulgação nos termos legais. -----

o Diretor Geral

(ao abrigo dos poderes que me foram a 30 de Janeiro de 2026, conjugada com a delegação de competências deliberada em reunião do C.A. realizada no dia 12 de Janeiro de 2026)

**RSTJ Gestão e Tratamento
de Resíduos, EIM, S.A.**

(Jobel Nunes Marques)

As

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E CONTAS



ANO: 2025

Handwritten signatures in blue ink.

RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO: 2025

1 - Introdução

Exmos. Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, Carregueira, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão que expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2025.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado a 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 e conforme os modelos de demonstrações financeiras constantes na Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

Em 2025, a economia portuguesa manteve um crescimento sólido, embora moderado, com projeções oficiais a situarem o Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 2,0% ao longo do ano. Portugal cresce acima da média da zona euro e da UE, apesar de um quadro externo desafiante. A economia europeia em 2025 apresenta crescimento moderado (zona euro 1,4%, UE 1,4%), influenciado por incertezas nos fluxos comerciais e riscos geopolíticos.

A dívida pública continua a descer gradualmente, estimando-se ficar abaixo de 90% do PIB em 2026, o que representa uma redução significativa face aos níveis acima de 130% na década anterior.

A inflação está prevista diminuir gradualmente em 2025 para cerca de 2,2%, com uma trajetória de descida ao longo de 2026 para perto de 2,1%. Esta desaceleração reflete a diminuição dos preços da energia e bens industriais, e uma normalização gradual nos preços dos serviços. Este nível de inflação encontra-se alinhado com os objetivos de estabilidade de preços da política monetária europeia, o que ajuda a reduzir a incerteza nos custos de produção e no poder de compra das famílias.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)						
	2021	2022	2023	2024	2025 (a)	2026 (a)
Produto interno bruto (PIB)	5,5	6,8	2,6	2,1	2,0	2,3
Consumo privado	4,7	5,6	2,0	3,0	3,6	2,3
Consumo público	4,6	1,4	0,6	1,5	1,6	1,2
Saldo orçamental (% do PIB)	-2,9	-1,9	1,2	0,5	0,0	-0,4
Taxa de desemprego	6,6	6,1	6,5	6,4	6,2	6,3
Taxa de inflação (IHPC)	0,9	8,1	5,3	2,7	2,2	2,1

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE, INE e Banco de Portugal (dez/2025)

Em 2025, a taxa de desemprego em Portugal continua relativamente baixa, com projeções a situarem-se em cerca de 6,2% em 2025, com uma tendência de manutenção para os anos seguintes. A estabilidade do emprego é um fator importante para o consumo interno, mantendo a confiança das famílias e sustentando a procura agregada.

Administração



A economia portuguesa deverá crescer 2,0% em 2025, projetando-se uma evolução para 2,3% em 2026. Nas projeções do Eurosistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026. O comportamento apresenta-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):

Taxa de crescimento do PIB (%)



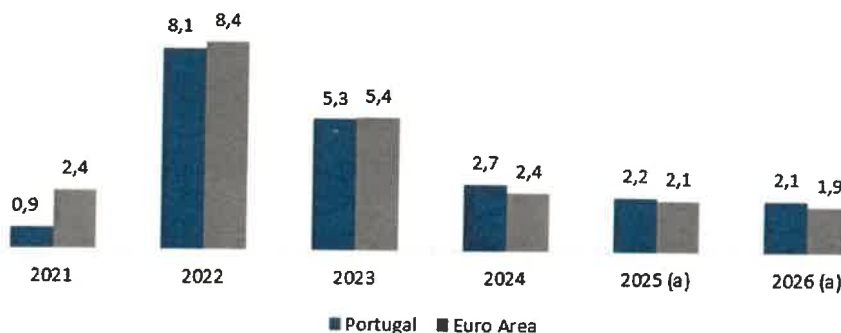
Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões OCDE

De acordo com as projeções macroeconómicas mais recentes da OCDE, do Banco de Portugal, entre outras instituições, o crescimento económico na Europa deverá manter-se heterogéneo entre as principais economias. A França deverá apresentar um crescimento moderado do PIB, em torno de 0,7–0,8% em 2025, enquanto a Alemanha, maior economia europeia, deverá crescer de forma contida, cerca de 0,3%. A Itália apresentará igualmente um crescimento modesto, próximo de 0,5%. Em contraste, a Espanha, principal parceiro económico de Portugal, deverá manter um crescimento robusto de cerca de 2,9%. O Reino Unido, apesar de se encontrar fora da U.E, deverá crescer aproximadamente 1,4%. Para Portugal, o Banco de Portugal projeta um crescimento entre 2,0% e 2,3%, acima da média da área do euro.

Em 2025, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 2,3%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2024 (2,4%), enquanto o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 2,2% em 2025 (2,7% no ano anterior).

O comportamento e evolução das taxas de inflação (IHPC) apresentam-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):

Taxa de inflação (IHPC) (%)



Fontes: Banco de Portugal e OCDE
Notas: (a) Previsões

Durante 2025, o Banco Central Europeu procedeu a uma redução das taxas de juro. Em dezembro de 2025, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situava-se em 2,15%, enquanto as taxas da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósito se fixavam em 2,40% e 2,00%, respetivamente.



O setor exportador português enfrenta atualmente um contexto mais incerto e desafiante, refletindo o aumento das barreiras aduaneiras e a consequente reconfiguração do comércio mundial, a que se juntam pressões sobre a competitividade-preço associadas à apreciação do euro e aos aumentos relativamente elevados dos custos unitários do trabalho nos últimos anos. Entre o final de 2019 e o final de 2024, os custos do trabalho ajustados pela produtividade aumentaram 29,9% em Portugal e 20,2% no conjunto dos principais parceiros comerciais.

Portugal inclui-se no grupo de países com taxas aduaneiras efetivas face aos EUA relativamente baixas, o que lhe confere alguma vantagem face a países concorrentes neste mercado.

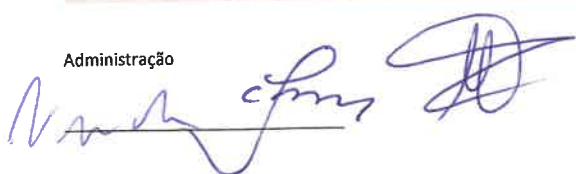
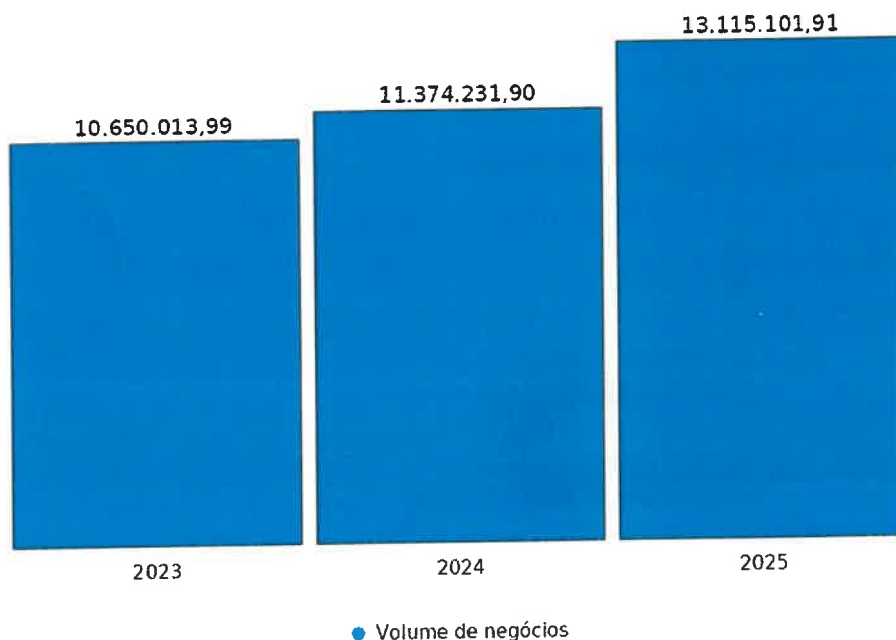
Não obstante, o crescimento do comércio global deverá ser mais lento, e os efeitos indiretos do aumento generalizado dos direitos aduaneiros dos EUA tenderão a ser negativos, refletindo uma maior concorrência decorrente do desvio de comércio de grandes parceiros, como a China, para a União Europeia. Neste contexto, assume-se que a quota de mercado das exportações se mantém globalmente estável.

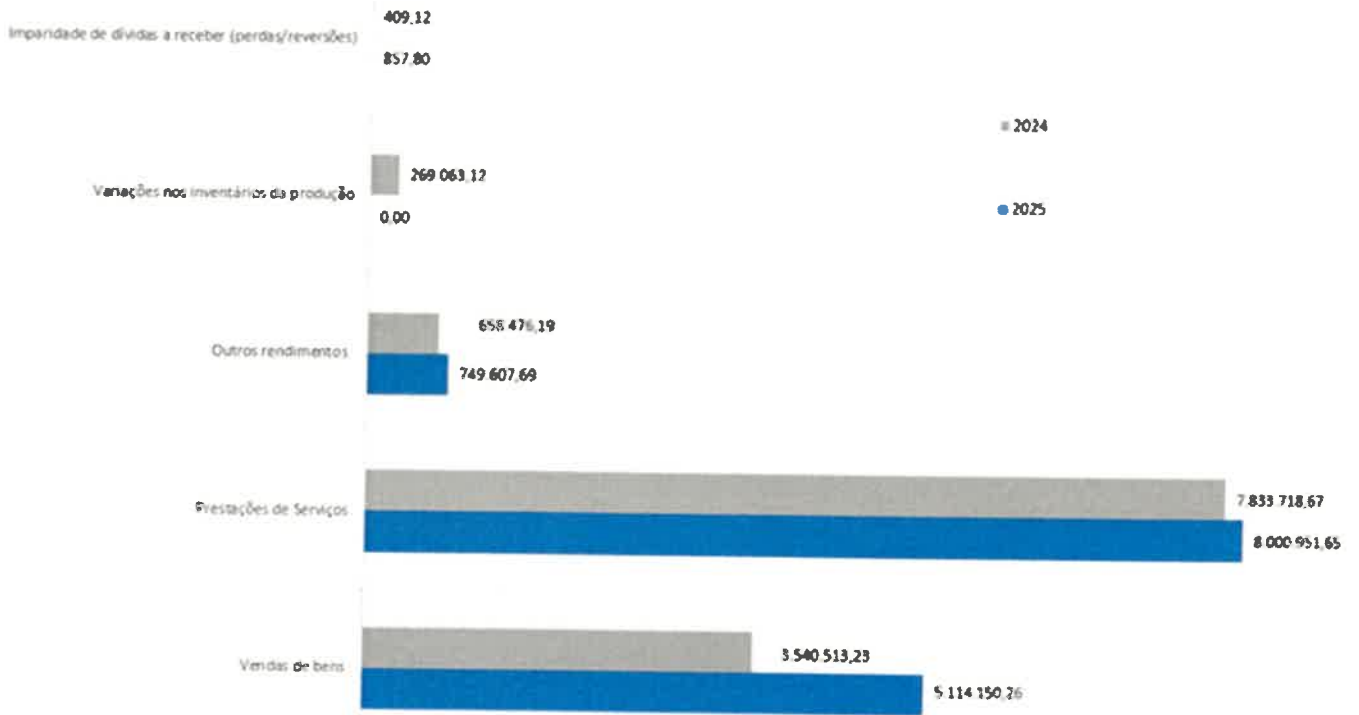
Para Portugal, em 2026, a previsão aponta para um crescimento de 2,3%, sustentado pela procura interna, pelo investimento em infraestruturas e pela utilização dos fundos europeus. Com a inflação mais estabilizada e o desemprego reduzido, Portugal poderá enfrentar menor volatilidade macroeconómica no curto prazo, embora choques externos continuem a poder afetar o ritmo de crescimento.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

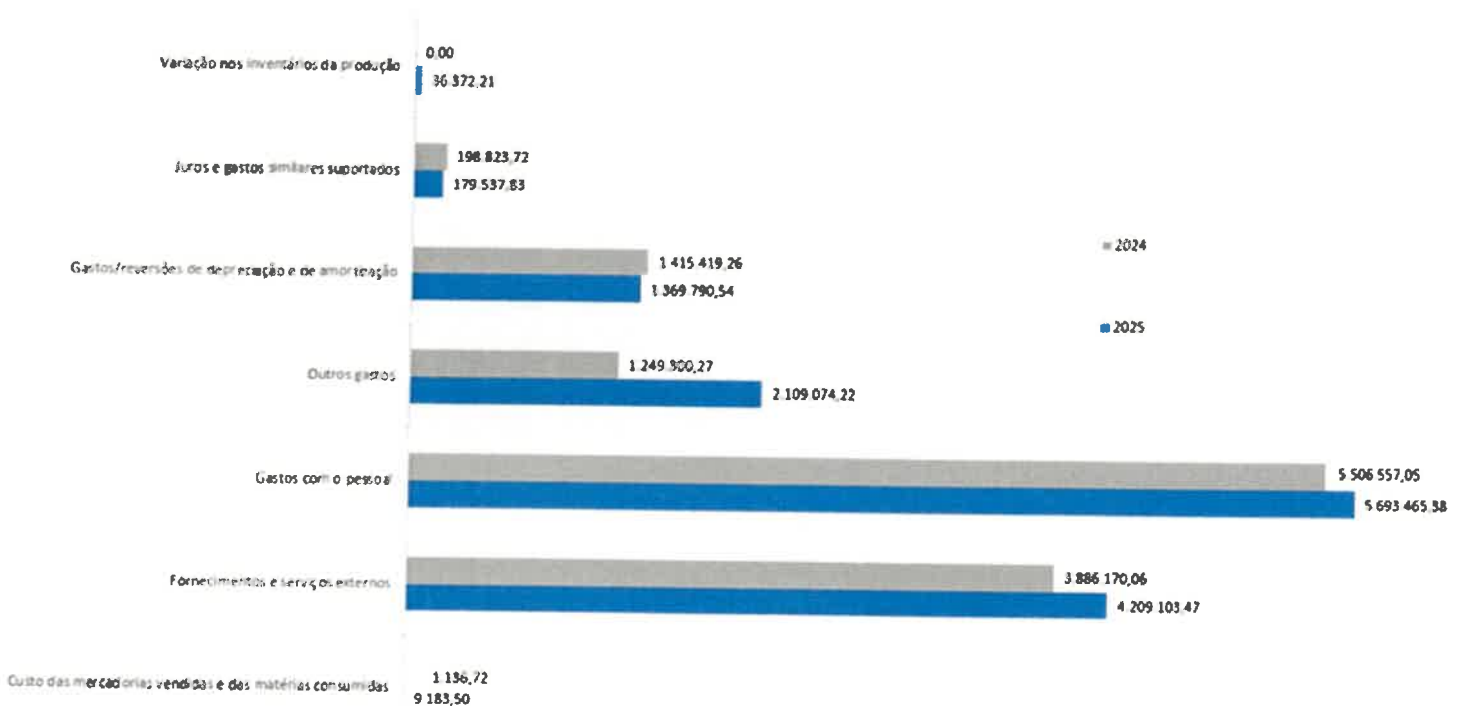
No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 13.115.101,91 euros, representando uma variação de 15,31% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



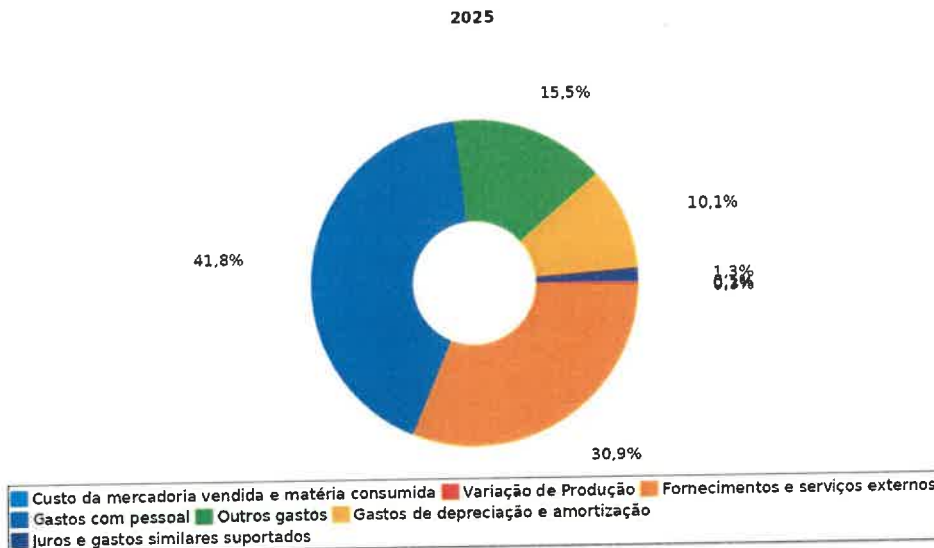



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

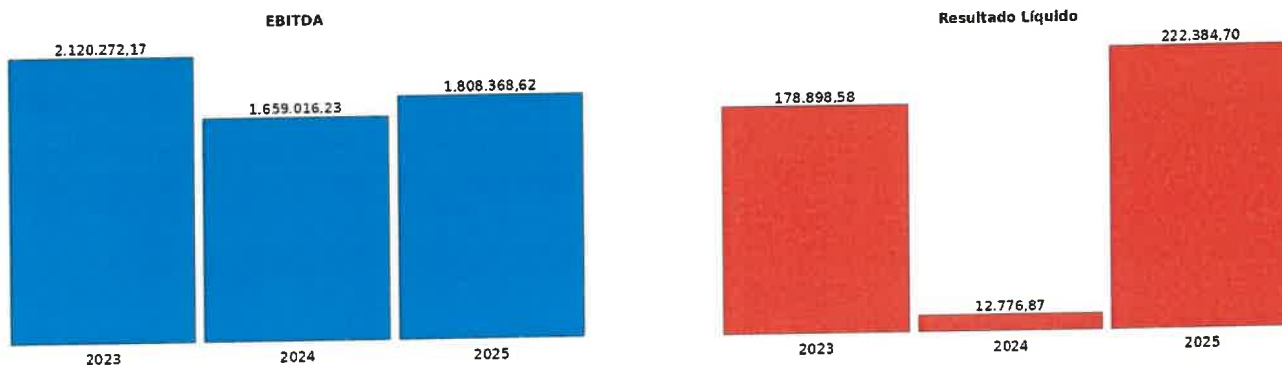


Administração



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:






Indicadores Financeiros:

Itens	PERÍODO	
	2024	2025
Autonomia	0,30	0,28
Solvabilidade	0,42	0,40
Liquidez Geral	0,55	0,66

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Ativo não corrente	12.609.556,95	11.431.511,52	11.383.905,87
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>79,77%</i>	<i>77,90%</i>	<i>73,30%</i>
Ativo corrente	3.198.920,16	3.243.042,36	4.147.596,51
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>20,24%</i>	<i>22,10%</i>	<i>26,70%</i>
Total ativo	15.808.477,11	14.674.553,88	15.531.502,38
Capital Próprio	4.798.227,51	4.337.960,79	4.412.776,53
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>30,35%</i>	<i>29,56%</i>	<i>28,41%</i>
Passivo não corrente	5.039.640,05	4.410.312,94	4.819.311,90
<i>Percentagem passivo não corrente</i>	<i>31,88%</i>	<i>30,05%</i>	<i>31,03%</i>
Passivo corrente	5.970.609,55	5.926.280,15	6.299.413,95
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>37,77%</i>	<i>40,39%</i>	<i>40,56%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	15.808.477,11	14.674.553,88	15.531.502,38

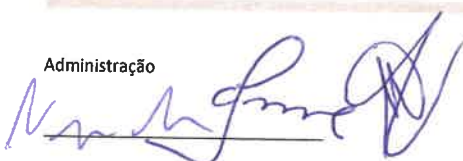
3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Gastos com Pessoal	5.038.362,78	5.506.557,05	5.693.465,38
Nº Médio de Pessoas	260	246	243
Gasto Médio por Pessoa	19.378,32	22.384,38	23.429,90

3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis, no montante de 1.296.568,75 euros, referentes a equipamento básico (907.214,00 euros), em equipamento de transporte (174.950,00 euros), em equipamento administrativo (7.867,00 euros), em outros ativos fixos tangíveis (896,75 euros) e em ativos fixos tangíveis em curso (205.641,00 euros). Foram adquiridos também investimentos em ativos intangíveis no montante de 49.970,80 euros, referentes a programas de computador.



3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A entidade apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A entidade gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

O atual cenário continua marcado por um contexto global de elevada incerteza, associado às tensões geopolíticas, nomeadamente a guerra na Ucrânia, bem como ao aumento das disputas comerciais entre grandes potências económicas. Estes fatores têm contribuído para a manutenção de níveis elevados de volatilidade nos mercados financeiros e energéticos, pressão sobre as cadeias de abastecimento e custos de produção. Adicionalmente, as possibilidades de abrandamento económico nas principais economias europeias poderão continuar a influenciar negativamente o investimento e o consumo, com potenciais reflexos na atividade empresarial em Portugal.

Contudo, a entidade, de acordo com o orçamento aprovado, perspetiva, para 2026, um volume de negócios de 12.987.536 euros, em linha com o obtido em 2025, e um EBITDA de 1.423.136 euros.

No que respeita à execução do Plano de Investimento, preveem-se investimentos futuros no montante de 30.769.836 euros, nomeadamente nos projetos DIA, aterro sanitário, recolha e valorização multimaterial e orgânica.

Face ao exposto, e considerando que é premissa da entidade a eficiente exploração e gestão dos serviços de interesse geral de resíduos urbanos dos seus acionistas, bem como a manutenção de resultados anuais equilibrados, entende-se que as previsões apresentadas se encontram alinhadas com os objetivos estratégicos definidos.

7 - Considerações Finais

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a entidade não é detentora de ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a administração e os acionistas, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.



A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Encontram-se em aberto os seguintes processos:

1. Contraordenação n.º 300051851570 (IMT)
2. Contraordenação n.º 200062651470 (IMT)
3. Contraordenação n.º 300064401370 (IMT)
4. Contraordenação n.º 300016551470 (IMT)
5. Contraordenação n.º 300013051470 (IMT)
6. Contraordenação n.º 300073001370 (IMT)
7. Contraordenação n.º 300060621370 (IMT)
8. Contraordenação n.º 201300944 (ACT)
9. Contraordenação n.º 353/18.4CAJIC (IGAMAOT)
10. Contraordenação n.º DJUR.DCCO.00246.2019 (APA)
11. Contraordenação n.º NUI/CO/000113/19.5.CGI (IGAMAOT)
12. Contraordenação n.º CO/000453/21.3CGI (IGAMAOT)
13. Contraordenação n.º NUI/CO/001443/22.4.CGI (IGAMAOT)
14. Contraordenação n.º 500.30.001.00011.2019/DSRVT (CCDRLVT)
15. Contraordenação n.º NUI/CO/00841/23.0.CGI (IGAMAOT)
16. Contraordenação n.º NUI/CO/003757/23.7.CGI (IGAMAOT)
17. Contraordenação n.º NUI/CO/001034/24.5.CGI (IGAMAOT)
18. Contraordenação n.º NUI/CO/002513/24.0.CGI (IGAMAOT)
19. Contraordenação n.º 500.30.001.00005.2024 (CCDRLVT)
20. Contraordenação n.º 500.30.001.00033.2024 (CCDRLVT)
21. Contraordenação n.º 500.30.001.00085.2024 (CCDRLVT)
22. Contraordenação n.º 500.30.001.00118.2024 (CCDRLVT)
23. Contraordenação n.º 500.30.001.00137.2024 (CCDRLVT)
24. Contraordenação n.º NUI/CO/001989/25.2.CGI (IGAMAOT)
25. Contraordenação n.º NUI/CO/001718/25.0.CGI (IGAMAOT)
26. Auto n.º 207641218 – GNR / ANSR

Liquidação Corretiva da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos)

A 29 de junho de 2021 a APA notificou a RSTJ da decisão final relativa à liquidação corretiva da TGR referente aos anos de 2016 a 2019, peticionando o pagamento (quadro abaixo).

A RSTJ apresentou impugnação tributária, à qual foi atribuída efeito suspensivo, o que significa que até decisão da causa os valores não irão ser cobrados coercivamente. Nessa impugnação, é posta em causa a liquidação levada a cabo pela APA e peticionando a sua anulação na totalidade. O processo corre termos no TAF de Leiria, com o n.º 1329/21.OBERLA (valor de 872.033,00 euros).

A 8 de maio de 2023, a APA notificou a RSTJ da decisão final relativa à liquidação corretiva da TRG referente ao ano de 2020, peticionando o pagamento (quadro abaixo).

Administração



A RSTJ apresentou impugnação tributária no TAF de Leiria com o n.º de processo 911/23-5BELRA (valor de 160.979,87 euros).

Período	Qt., depositada em aterro, declarada no MRRU e sujeita a TGR (t)	Qt., efetivamente depositada em aterro (t)	Diferenças (t)*	Diferencial TGT (com juros compensatórios) (euros)
2016	94.216,73	120.707,45	26.490,72	215.568,34
2017	82.678,03	117.616,73	34.938,69	283.474,71
2018	39.534,71	68.689,78	29.155,07	257.921,24
2019	50.067,52	61.690,63	11.623,11	115.068,77
2020	43.844,37	57.763,50	13.919,13	160.979,87

(*) Equivalente aos quantitativos acima dos 10% do total depositado em aterro (D1).

Outros contenciosos:

B. Processo 750/22.OBELRA

A 12 de agosto de 2022, a RSTJ intentou um processo de consignação em depósito para pagamento de 472.758,74 euros contra as empresas Ovo Solutions – Solução Ambientais, S.A., NIPC 508874211, com sede em Estrada dos Espanhóis S/N, CCI 7515, Venda do Alcaide 2955-250 Pinhal Novo, Caixa Leasing e Factoring – Sociedade Financeira de Crédito, S.A., NIPC 504868713, com sede em Avenida João XXI, 63, 1049-103 Lisboa, e Mattiussi Ecologia SRL, Sociedade de Responsabilidade Limitada constituída sob as leis de Itália, contribuinte n.º IT01281780302, com sede em Via Jacopo Linussio, n.º 80, 33100 Udine, Itália, por existirem diversas cedências de crédito com origem num contrato de fornecimento de bens celebrado com a primeira e dúvida fundada acerca da entidade a quem o pagamento deveria ser efetuado.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 222.384,70 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte, conforme estipulado no Artº 29º do Pacto Social:

Itens	PERÍODO 2025
Resultados Transitados	200.146,23
Reservas Legais	22.238,47
Total	222.384,70

9 - Agradecimentos

A Administração não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o Anexo.



10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Conselho de Administração

Entidade: Município da Chamusca

Representante: Nuno Jorge Lino Mira

Cargo: Presidente



Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha

Representante: Marina Lopes Honório

Cargo: Vogal



Entidade: Município da Golegã

Representante: António Carlos da Costa Camilo

Cargo: Vogal



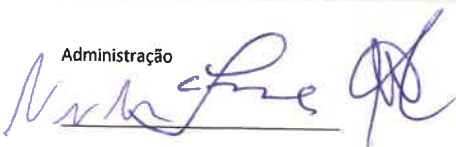
Fiscal Único:

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.

Representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085

Carregueira, de 23 de fevereiro de 2026

Administração



Handwritten signature

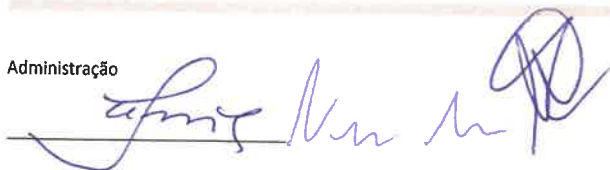
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANO: 2025

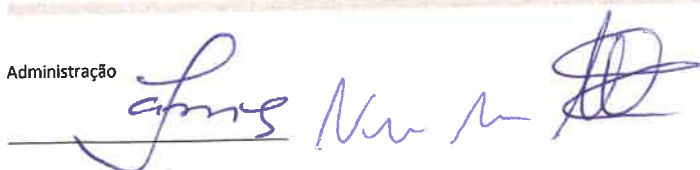


RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	11.288.918,07	11.323.345,57
Ativos intangíveis	6	36.388,11	33.502,54
Outros investimentos financeiros	9	58.599,69	58.599,69
Ativos por impostos diferidos	12	0,00	16.063,72
		11.383.905,87	11.431.511,52
Ativo corrente			
Inventários	10	340.562,91	376.935,12
Clientes	13	1.753.653,77	1.660.632,48
Estado e outros entes públicos	12	389.659,36	170.600,57
Outros créditos a receber	5;13	529.436,70	875.215,71
Diferimentos	13	96.713,64	79.390,58
Caixa e depósitos bancários	4	1.037.570,13	80.267,90
		4.147.596,51	3.243.042,36
Total do ativo		15.531.502,38	14.674.553,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	13	24.617,83	23.340,14
Resultados transitados	13	187.545,15	176.045,97
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	13	3.928.228,85	4.075.797,81
Resultado líquido do período		222.384,70	12.776,87
Total do capital próprio		4.412.776,53	4.337.960,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8;13	2.177.300,10	1.768.301,14
Outras dívidas a pagar	13	2.642.011,80	2.642.011,80
		4.819.311,90	4.410.312,94
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.195.907,62	1.173.299,76
Estado e outros entes públicos	12	143.822,00	1.195.318,66
Financiamentos obtidos	8;13	2.256.444,90	1.523.929,90
Outras dívidas a pagar	5;13	2.703.239,43	2.033.731,83
		6.299.413,95	5.926.280,15
Total do passivo		11.118.725,85	10.336.593,09
Total do capital próprio e do passivo		15.531.502,38	14.674.553,88



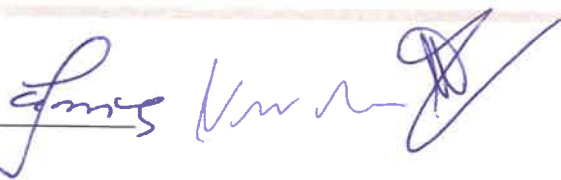



RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	11	13.115.101,91	11.374.231,90
Varição nos inventários da produção	10	-36.372,21	269.063,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-9.183,50	-1.136,72
Fornecimentos e serviços externos	16	-4.209.103,47	-3.886.170,06
Gastos com o pessoal	5;14	-5.693.465,38	-5.506.557,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	857,80	409,12
Outros rendimentos	11	749.607,69	658.476,19
Outros gastos	16	-2.109.074,22	-1.249.300,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.808.368,62	1.659.016,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-1.369.790,54	-1.415.419,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		438.578,08	243.596,97
Juros e gastos similares suportados	8	-179.537,83	-198.823,72
Resultado antes de impostos		259.040,25	44.773,25
Imposto sobre o rendimento do período	12	-36.655,55	-31.996,38
Resultado líquido do período		222.384,70	12.776,87






RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13.022.938,42	12.116.683,90
Pagamentos a fornecedores		8.401.565,24	6.731.783,79
Pagamentos ao pessoal	14	5.689.094,53	5.498.704,76
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-1.067.721,35</u>	<u>-113.804,65</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		8.744,00	16.989,77
Outros recebimentos/pagamentos		1.910.956,95	597.348,15
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>834.491,60</u>	<u>466.553,73</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	1.296.568,75	230.919,74
Ativos intangíveis	6	49.970,80	45.701,02
Investimentos financeiros	9	0,00	7.456,40
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		613.120,05	312.088,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>-733.419,50</u>	<u>28.010,99</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	8	2.655.000,00	1.810.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	8	1.619.232,04	2.086.488,75
Juros e gastos similares	8	179.537,83	198.823,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>856.230,13</u>	<u>-475.312,47</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>957.302,23</u>	<u>19.252,25</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		80.267,90	61.015,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.037.570,13	80.267,90



[Handwritten signature]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANO: 2025

**Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)**



DESCRICÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	50.000,00				23.340,14		176.045,37		4.075.797,81	12.776,87	4.337.960,79		4.337.960,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7				1.277,69			11.499,18		-147.568,96	-12.776,87	-147.568,96		-147.568,96
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				1.277,69			11.499,18		-147.568,96	-12.776,87	-147.568,96		-147.568,96
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10	50.000,00				24.617,83		187.545,15		3.928.228,85	222.384,70	4.412.776,53		4.412.776,53

DESCRICÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações(quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	50.000,00				5.450,28		18.303,78		4.545.574,87	178.898,58	4.798.227,51		4.798.227,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2				17.889,86			157.742,19		-469.777,06	-178.898,58	-473.043,59		-473.043,59
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				17.889,86			157.742,19		-469.777,06	-178.898,58	-473.043,59		-473.043,59
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6-1+2+3+5	50.000,00				22.340,14		176.045,57		4.075.797,81	12.776,87	4.337.960,79		4.337.960,79

Administração



Contabilista Certificado





1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Sede social: Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, Carregueira

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

O capital atual da sociedade ascende a 50.000,00 euros.

A empresa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número 515332607

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Empresa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2025.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

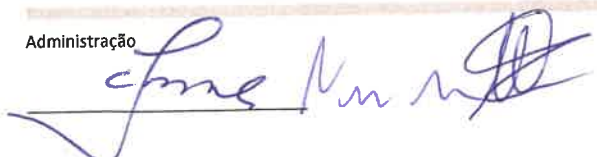
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.





2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da empresa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico. As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A empresa optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.


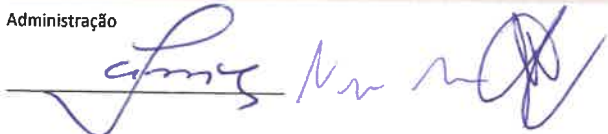
Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Empresa assume os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Empresa considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

- | | |
|----------------------------------|------------|
| • Edifícios e outras construções | 50 anos |
| • Equipamento básico | 10-15 anos |
| • Equipamento administrativo | 3-5 anos |
| • Equipamento de transporte | 4 anos |
| • Outros ativos tangíveis | 3-10 anos |

Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.





Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros referentes a participações financeiras são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, não sendo posteriormente mensurados pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

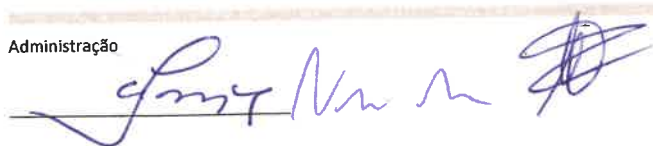
Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê que venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

A empresa encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez. Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro. A empresa apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.





O risco de crédito na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a empresa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco. Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.

A empresa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

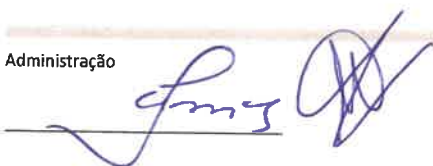
As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.





Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	410,40	3.037,54	3.027,54	420,40
Depósitos à ordem	79.857,50	20.279.796,15	19.322.503,92	1.037.149,73
Total	80.267,90	20.282.833,69	19.325.531,46	1.037.570,13

5 - Partes relacionadas

5.1 - Identificação das partes relacionadas

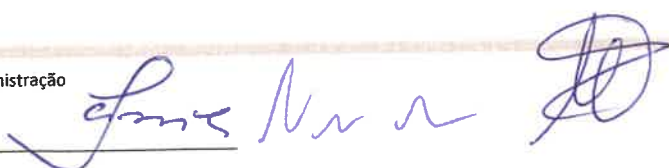
5.1.1 - Identificar se existem participações entre entidades

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., é uma entidade constituída por 10 municípios:

- Alcanena;
- Chamusca;
- Constância;
- Entroncamento;
- Ferreira do Zêzere;
- Golegã;
- Santarém;
- Tomar;
- Torres Novas e;
- Vila Nova da Barquinha.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos.





5.3 - Transações entre partes relacionadas

5.3.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Denominação	Natureza da relação	Volume	Saldo	
			Devedor	Credor
Município de Alcanena	Prestação de serviços	733.658,69	214.747,52	0,00
Município da Chamusca	Prestação de serviços	530.175,55	90.687,45	0,00
Município da Chamusca	Compras	-212,50	0,00	830,13
Município de Constância	Prestação de serviços	106.144,39	11.619,25	0,00
Município do Entroncamento	Prestação de serviços	917.275,38	147.463,28	0,00
Município do Entroncamento	Compras	-240,00	0,00	19,44
Município de Ferreira do Zêzere	Prestação de serviços	591,25	0,00	0,00
Município da Golegã	Prestação de serviços	213.368,22	54.433,97	0,00
Município de Santarém	Prestação de serviços	1.813.122,7	4,98	0,00
Município de Tomar	Prestação de serviços	39.083,29	3.243,42	0,00
Município de Torres Novas	Prestação de serviços	1.136.769,99	97.429,18	0,00
Município de Vila Nova da Barquinha	Prestação de serviços	30,70	8.421,51	0,00
Total:		5.490.007,63	628.050,56	849,57

6 - Ativos intangíveis

6.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

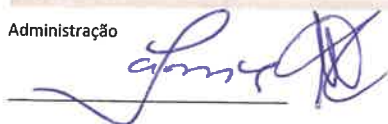
6.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos Ativos Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	19.183,97	234.815,66	0,00	92.088,66	0,00	0,00	346.088,29
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	19.183,97	198.427,55	0,00	92.088,66	0,00	0,00	309.700,18
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	19.183,97	184.844,86	0,00	92.088,66	0,00	0,00	296.117,49
Amortizações acumuladas	0,00	19.183,97	151.342,32	0,00	92.088,66	0,00	0,00	262.614,95
Saldo no início do período	0,00	0,00	33.502,54	0,00	0,00	0,00	0,00	33.502,54
Variações do período	0,00	0,00	2.885,57	0,00	0,00	0,00	0,00	2.885,57
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	49.970,80	0,00	0,00	0,00	0,00	49.970,80
Total de aumentos	0,00	0,00	49.970,80	0,00	0,00	0,00	0,00	49.970,80
Amortizações do período	0,00	0,00	47.085,23	0,00	0,00	0,00	0,00	47.085,23
Total de diminuições	0,00	0,00	47.085,23	0,00	0,00	0,00	0,00	47.085,23
Saldo no final do período	0,00	0,00	36.388,11	0,00	0,00	0,00	0,00	36.388,11

Administração



Contabilista Certificado





Ativos intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos Ativos Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	19.183,97	184.844,86	0,00	92.088,66	0,00	0,00	296.117,49
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	19.183,97	151.342,32	0,00	92.088,66	0,00	0,00	262.614,95
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	19.183,97	139.143,84	0,00	92.088,66	0,00	0,00	250.416,47
Amortizações acumuladas	0,00	17.579,58	137.277,12	0,00	76.394,28	0,00	0,00	231.250,98
Saldo no início do período	0,00	1.604,39	1.866,72	0,00	15.694,38	0,00	0,00	19.165,49
Variações do período	0,00	-1.604,39	31.635,82	0,00	-15.694,38	0,00	0,00	14.337,05
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	45.701,02	0,00	0,00	0,00	0,00	45.701,02
Total de aumentos	0,00	0,00	45.701,02	0,00	0,00	0,00	0,00	45.701,02
Amortizações do período	0,00	1.604,39	14.065,20	0,00	15.694,38	0,00	0,00	31.363,97
Total de diminuições	0,00	1.604,39	14.065,20	0,00	15.694,38	0,00	0,00	31.363,97
Saldo no final do período	0,00	0,00	33.502,54	0,00	0,00	0,00	0,00	33.502,54

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

7.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na nota 3.2.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	8.902.822,21	5.723.113,27	1.149.355,60	66.065,23	0,00	255.939,90	1.271.862,17	0,00	17.744.248,69
Depreciações acumuladas	0,00	2.855.069,52	2.245.398,05	1.032.764,35	53.415,21	0,00	234.255,99	0,00	0,00	6.420.903,12
Saldo no início do período	375.090,31	6.047.752,69	3.477.715,22	116.591,25	12.650,02	0,00	21.683,91	1.271.862,17	0,00	11.323.345,57
Variações do período	0,00	-635.040,36	620.577,70	49.415,77	1.592,71	0,00	-5.301,47	-65.671,85	0,00	-34.427,50
Total de aumentos	0,00	0,00	907.214,37	174.950,00	7.867,50	0,00	896,75	205.641,01	0,00	1.296.568,63
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	907.214,37	174.950,00	7.867,50	0,00	896,75	205.641,01	0,00	1.296.568,63
Total de diminuições	0,00	635.040,36	549.658,71	125.534,23	6.887,23	0,00	6.198,22	8.290,52	0,00	1.331.609,75
Depreciações do período	0,00	635.040,36	549.658,71	125.534,23	6.273,79	0,00	6.198,22	0,00	0,00	1.322.705,31
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	613,44	0,00	0,00	8.290,52	0,00	8.904,44
Transferências de AFT	0,00	0,00	263.022,04	0,00	0,00	0,00	0,00	-263.022,04	0,00	0,00
Outras transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	613,44	0,00	0,00	0,00	0,00	613,50
Saldo no fim do período	375.090,31	5.412.712,33	4.098.292,92	166.007,02	14.242,73	0,00	16.382,44	1.206.190,32	0,00	11.288.918,07
Valor bruto no fim do período	375.090,31	8.902.822,21	6.893.349,68	1.324.305,60	73.318,29	0,00	256.836,65	1.206.190,32	0,00	19.006.663,06
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	3.490.109,88	2.795.056,76	1.158.298,58	59.075,56	0,00	240.454,21	0,00	0,00	7.742.994,99






Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	8.902.822,21	5.701.842,67	1.169.901,65	53.612,19	0,00	255.939,90	1.100.928,65	0,00	17.560.137,58
Depreciações acumuladas	0,00	2.132.072,55	1.748.832,20	927.302,75	46.492,43	0,00	222.802,95	0,00	0,00	5.077.502,88
Saldo no início do período	375.090,31	6.770.749,66	3.953.010,47	242.598,90	7.119,76	0,00	33.136,95	1.100.928,65	0,00	12.482.634,70
Variações do período	0,00	-722.996,97	-475.295,25	-126.007,65	5.530,26	0,00	-11.453,04	145.683,52	0,00	-1.184.539,13
Total de aumentos	0,00	0,00	64.421,18	20.546,05	15.674,04	0,00	0,00	170.933,52	0,00	271.574,79
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	45.922,68	0,00	14.063,54	0,00	0,00	170.933,52	0,00	230.919,74
Outros aumentos	0,00	0,00	18.498,50	20.546,05	1.610,50	0,00	0,00	0,00	0,00	40.655,05
Total de diminuições	0,00	722.996,97	539.716,43	146.553,70	10.143,78	0,00	11.453,04	0,00	0,00	1.430.863,92
Depreciações do período	0,00	722.996,97	515.064,35	126.007,65	8.533,28	0,00	11.453,04	0,00	0,00	1.384.055,29
Alienações	0,00	0,00	21.612,85	20.546,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.158,90
Abates	0,00	0,00	3.039,23	0,00	1.610,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.649,73
Saldo no fim do período	375.090,31	6.047.752,69	3.477.715,22	116.591,25	12.650,02	0,00	21.683,91	1.271.862,17	0,00	11.323.345,57
Valor bruto no fim do período	375.090,31	8.902.822,21	5.723.113,27	1.149.355,60	66.065,23	0,00	255.939,90	1.271.862,17	0,00	17.744.248,69
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	2.855.069,52	2.245.398,05	1.032.764,35	53.415,21	0,00	234.255,99	0,00	0,00	6.420.903,12

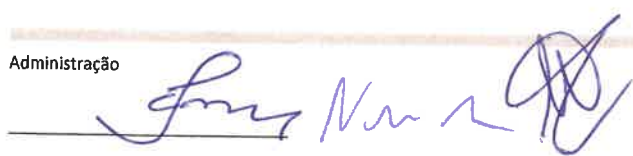
8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1 - Empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2025 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 179.537,83 euros.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total de custos anuais emp. obtidos	Juros suportados anuais emp. obtidos	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizados	Custos emp. em gastos
Empréstimos genéricos	3.274.587,81	1.717.568,00	2.716.177,00	179.537,83	145.578,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	3.274.587,81	1.616.000,00	1.658.587,81	179.537,83	142.853,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	32.364,00	120.727,48	0,00	2.724,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	0,00	69.204,00	936.861,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	3.274.587,81	1.717.568,00	2.716.177,00	179.537,83	145.578,48	0,00	0,00	0,00	0,00






8.2 - Outras divulgações

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	179.537,83	198.823,72
Juros e gastos similares suportados	179.537,83	198.823,72
Juros de financiamentos suportados	142.853,72	127.855,59
<i>Juros de empréstimos bancários</i>	2.724,76	0,00
<i>Juros de locações financeiras</i>	33.959,35	70.968,13
<i>Outros juros de financiamentos suportados</i>		

9 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

9.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros

9.1.1 - Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos

Método do Custo em Inv. Financeiros - movimentos do período:

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Inv. Fin. Em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69
Valor líquido inicial	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69
Movimentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69

Método do Custo em Inv. Financeiros - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Inv. Fin. Em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial	0,00	0,00	0,00	66.056,09	0,00	0,00	66.056,09
Valor líquido inicial	0,00	0,00	0,00	66.056,09	0,00	0,00	66.056,09
Movimentos do período	0,00	0,00	0,00	-7.456,40	0,00	0,00	-7.456,40
Outros movimentos do período	0,00	0,00	0,00	-7.456,40	0,00	0,00	-7.456,40
Valor líquido final	0,00	0,00	0,00	58.599,69	0,00	0,00	58.599,69

10 - Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

O método do custeio usado é o da fórmula do custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Administração

Contabilista Certificado



10.1.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsidiárias	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	9.183,50	9.183,50	0,00	1.136,72	1.136,72
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	9.183,50	9.183,50	0,00	1.136,72	1.136,72
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10.1.2 - Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários de produção - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	340.562,91	0,00	0,00	340.562,91	376.935,12	0,00	0,00	376.935,12
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários iniciais	376.935,12	0,00	0,00	376.935,12	107.872,00	0,00	0,00	107.872,00
Variação da produção	-36.372,21	0,00	0,00	-36.372,21	269.063,12	0,00	0,00	269.063,12

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.



11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rébito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	5.114.150,26	3.540.513,23
Prestação de serviços	8.000.951,65	7.833.718,67
Outros réditos	749.607,69	658.476,19
Total	13.864.709,60	12.032.708,09

11.3 - Outras informações

Outros rendimentos - Detalhes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros rendimentos	749.607,69	658.476,19
Rendimentos suplementares	82.885,06	108.341,85
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	70.515,00	80.357,28
Excesso da estimativa para impostos	0,01	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	592.939,33	469.777,06
Outros	3.268,29	0,00

12 - Impostos e contribuições

12.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	259.040,25	44.773,25
Imposto corrente	20.591,83	6.359,43
Imposto diferido	16.063,72	25.636,95
Imposto sobre o rendimento do período	36.655,55	31.996,38
Tributações autónomas	383,52	339,91
Taxa efetiva de imposto	14,15	71,46

Administração



Contabilista Certificado





12.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	8.744,00	20.591,83	9.706,00	6.359,43
Pagamentos por conta	8.744,00	0,00	9.706,00	0,00
<i>Pagamentos normais</i>	8.744,00	0,00	9.706,00	0,00
<i>IRC a receber / pagar</i>	0,00	20.591,83	0,00	6.359,43
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	21.278,91	0,00	20.499,28
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	327.107,65	0,00	107.086,86	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	101.920,84	0,00	97.782,71
Tributos das autarquias locais	0,00	30,42	0,00	30,42
Outras tributações	53.807,71	0,00	53.807,71	1.070.646,82
Total	389.659,36	143.822,00	170.600,57	1.195.318,66

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. A Administração da entidade entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a entidade encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

13 - Instrumentos financeiros

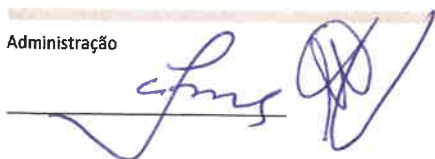
13.1 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Os instrumentos financeiros detidos pela Empresa encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	2.391.388,04	-108.297,57	0,00
Clientes	0,00	0,00	1.861.951,34	-108.297,57	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	529.436,70	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	10.974.903,85	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	1.195.907,62	0,00	0,00
Acionistas/sócios	0,00	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	4.433.745,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	2.745.251,23	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-33.101,55	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	857,80	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-33.959,35	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	-145.578,48	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-145.578,48	0,00	0,00

Administração



Contabilista Certificado





13.2 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social nominal ascende a 50.000,00 euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

13.3 - Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital encontra-se dividido em 10.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada uma.

13.4 - Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Reservas	23.340,14	0,00	1.277,69	24.617,83
Reservas legais	23.340,14	0,00	1.277,69	24.617,83
Resultados transitados	176.045,97	1.277,69	12.776,87	187.545,15
Outras variações nos capitais próprios	4.075.797,81	592.939,33	445.370,37	3.928.228,85
Subsídios	4.075.797,81	592.939,33	445.370,37	3.928.228,85
Total	4.325.183,92	594.217,02	459.424,93	4.190.391,83

13.5 - Diferimentos - Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam um montante de 96.713,64 euros.

Identificação de diferimentos de gastos:

Nome / Descrição	Valor
Seguros	96.681,30
Depósito Gasóleo - Lubrifuel	32,34

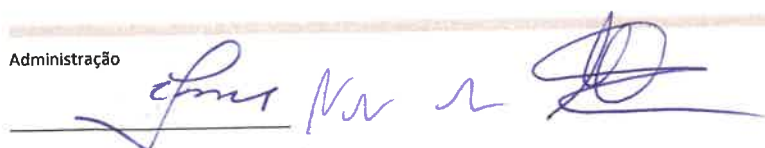
14 - Benefícios dos empregados

14.1 - Número de empregados e gastos com o pessoal

O número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2025 foi de 243 colaboradores.

14.1.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.






Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	5.693.465,38	5.506.557,05
Remunerações do pessoal	4.192.514,05	4.032.898,65
Indemnizações	157,20	0,00
Encargos sobre as remunerações	906.490,63	873.628,53
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	358.488,67	336.975,12
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	235.814,83	263.054,75
- Formação	12.157,50	31.095,37
- Fardamento	27.678,72	21.384,06

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	38212	
Vendas	5.114.150,26	5.114.150,26
De produtos acabados, semiacabados residuos e refugos	5.114.150,26	5.114.150,26
Prestações de serviços	8.000.951,65	8.000.951,65
Compras	9.183,50	9.183,50
Fornecimentos e serviços externos	4.209.103,47	4.209.103,47
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.183,50	9.183,50
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.183,50	9.183,50
Variação nos inventários de produção	-36.372,21	-36.372,21
Número médio de pessoas ao serviço	243,00	243,00
Gastos com o pessoal	5.693.465,38	5.693.465,38
Remunerações	4.192.514,05	4.192.514,05
Outros gastos	1.500.951,33	1.500.951,33
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	11.263.668,07	11.263.668,07
Total das aquisições	1.296.568,75	1.296.568,75
Adições no período de ativos em curso	205.641,00	205.641,00
Propriedades de investimento		

Administração

Contabilista Certificado



15.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extracomunitário	Total
Vendas	5.114.150,26	0,00	0,00	5.114.150,26
Prestações de serviços	8.000.951,65	0,00	0,00	8.000.951,65
Compras	9.183,50	0,00	0,00	9.183,50
Fornecimentos e serviços externos	4.208.195,70	908,40	0,00	4.209.103,47
Aquisições de ativos fixos tangíveis	1.296.568,75	0,00	0,00	1.296.568,75
Aquisições de ativos intangíveis	49.971,00	0,00	0,00	49.971,00
Rendimentos suplementares:	82.885,06	0,00	0,00	82.885,06
Aluguer de equipamento	3.150,00	0,00	0,00	3.150,00
Outros rendimentos suplementares	79.735,06	0,00	0,00	79.735,06

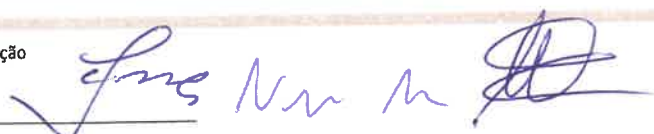
16 - Outras informações

16.1 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	121.539,18	51.347,02
Serviços especializados	1.686.779,30	1.723.539,15
Trabalhos especializados	180.330,00	160.567,27
Publicidade e propaganda	29.805,35	22.120,15
Vigilância e segurança	80.640,00	84.000,00
Honorários	63.165,34	55.878,63
Conservação e reparação	1.323.217,25	1.394.996,40
Outros	9.621,36	5.976,70
Materiais	139.010,93	81.147,66
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	120.224,57	66.670,56
Material de escritório	18.786,36	14.477,10
Energia e fluidos	1.419.495,01	1.339.317,93
Eletricidade	295.084,84	271.556,19
Combustíveis	1.047.444,16	1.011.480,05
Água	19.478,47	20.270,58
Outros	57.487,54	36.011,11
Deslocações, estadas e transportes	13.533,90	7.235,78
Deslocações e estadas	13.533,90	7.235,78
Serviços diversos	830.157,00	683.582,52
Rendas e alugueres	524.124,09	428.932,56
Comunicação	39.764,26	31.262,06
Seguros	197.694,95	173.406,75
Contencioso e notariado	4.731,80	1.715,79
Limpeza, higiene e conforto	63.841,90	48.265,36
Total	4.210.515,32	3.886.170,06

Administração



Contabilista Certificado





16.2 - Artigo 66º- A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.880,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos.

16.3 - Benefícios provenientes de Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI II)

Período a que respeita o benefício	Saldo não deduzido ao ano anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo a transitar
2021	152.621,78	0,00	-39.153,10	113.468,68
Totais:	152.621,78	0,00	-39.153,10	113.468,68

16.4 - Imputação de subsídios

Na determinação do justo valor dos ativos fixos tangíveis, não foram considerados os subsídios ao investimento, dado que na avaliação patrimonial realizada, os avaliadores independentes, na determinação do valor do uso dos bens móveis tomaram em consideração o seguinte:

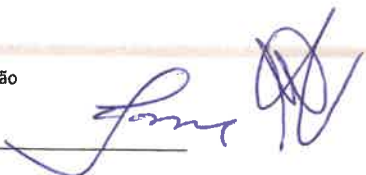
1. valor indicativo dos capitais próprios da Resitejo; e
2. avaliação efetuada por perito independente relativamente ao justo valor dos bens imóveis.

Ou seja, não existe sustentação metodológica para a inclusão dos subsídios ao investimento na avaliação pelo valor de uso do ativo fixo tangível, para efeito de dar cumprimento ao regime dos preços de transferência, nomeadamente, ao disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 63º do Código de IRC, no âmbito da transferência da atividade. O procedimento descrito vai de encontro ao estabelecido na International Accounting Standard (IAS) 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, a qual prevê a possibilidade dos subsídios ao investimento, serem contabilizados como dedução ao valor do ativo que se destinam a subsidiar ou como rendimento diferido.

Enquanto na Resitejo, conforme divulgação no anexo às demonstrações financeiras, os procedimentos e práticas de reconhecimento dos subsídios e da respetiva contabilização eram os seguintes: "Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos. Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis."

Esses procedimentos decorrem da aplicação da NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, nomeadamente o disposto nos parágrafos 22 a 24.





Assim, entendemos divulgar, no quadro seguinte, a informação financeira dos subsídios ao investimento por reconhecer, desde a data de transferência dos ativos pela Resitejo, como se tal operação não tivesse ocorrido.

Ativo	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas do período 31-12-2025	Depreciações do período 2025	Subsídio a reconhecer em 31-12-2024	Rendimento a ser reconhecido no período 2025	Subsídio a reconhecer
Edifícios e outras construções	5.639.632,39	4.242.309,70	203.440,02	1.294.105,40	183.096,02	1.111.009,38
Equipamento básico	15.294.612,50	15.294.612,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento transporte	1.025.801,08	1.025.801,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	144.558,25	144.558,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	22.104.604,22	20.707.281,53	203.440,02	1.294.105,40	183.096,02	1.111.009,38

16.5 - Outros Gastos

Outros gastos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros gastos	2.109.074,22	1.320.268,40
Impostos	2.030.336,83	1.132.967,45
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	5.523,58
Donativos	2.400,00	11.959,10
Quotizações	13.778,36	13.512,36
Outros	62.559,03	85.337,78
Outros Gastos de Financiamentos	0,00	70.968,13

16.6 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 222.384,70 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

Resultados Transitados:	200.146,23 euros
Reservas Legais	22.238,47 euros

17 - Acontecimentos após a data do balanço

17.1 - Autorização para emissão

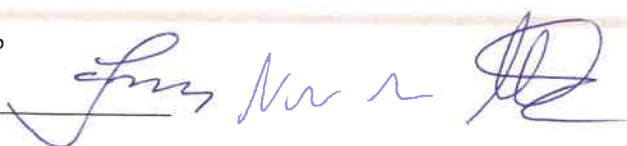
a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os acionistas da empresa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

17.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

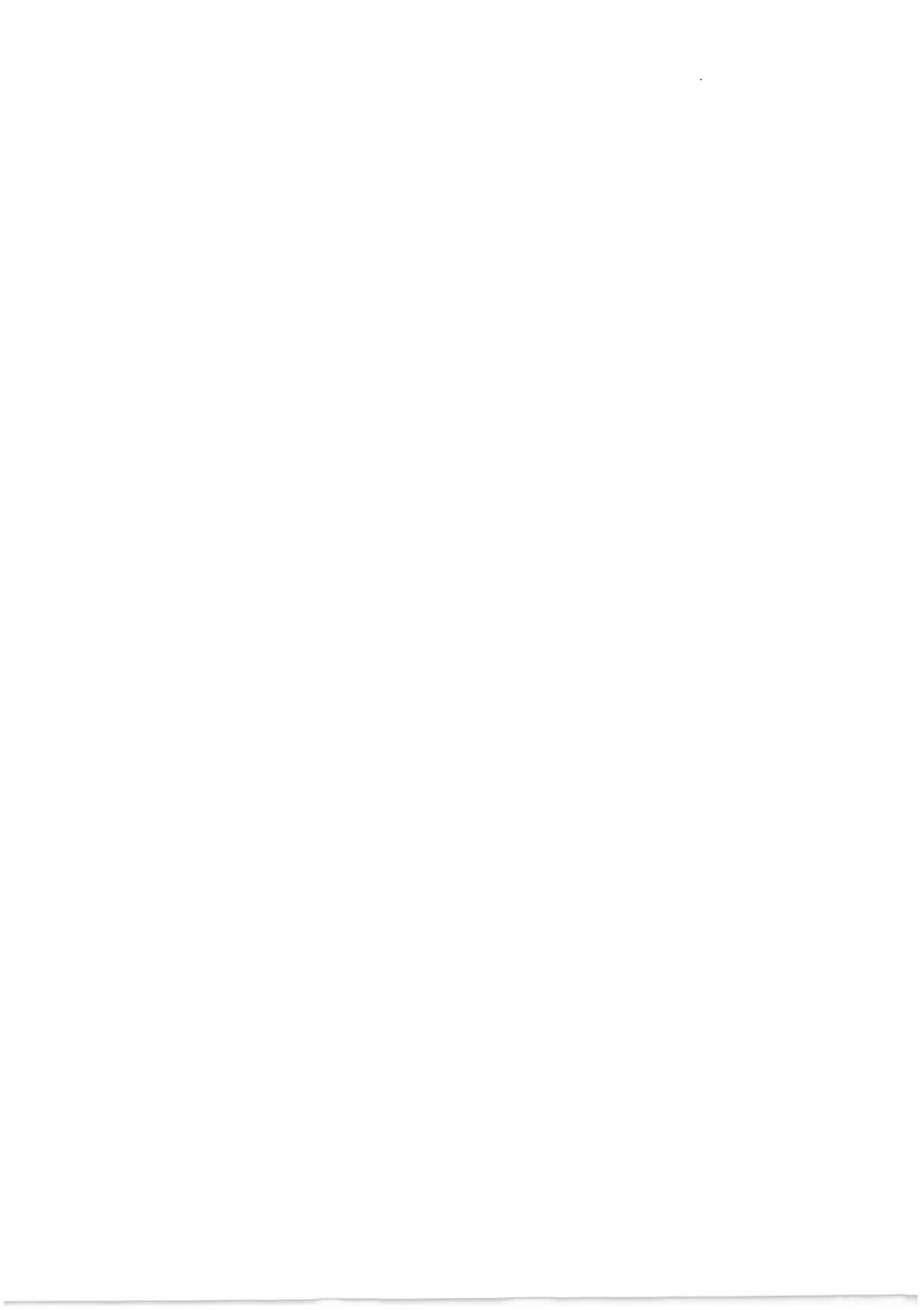
Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Administração



Contabilista Certificado







RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Chamusca

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhámos a atividade da vossa Empresa através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Sociedade.

Elaborámos a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Administração deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Administração devem ser aprovadas;
3. O mapa de execução orçamental e o plano plurianual de investimentos apresentados pela Administração devem ser aprovados;
4. O relatório de governo societário apresentado pela Administração deve ser aprovado; e
5. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 2 de março de 2026

FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:



Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697

Aos cuidados de:

Exmos, Acionistas da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos EIM S.A.

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 4, do artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade, convocam-se os Senhores Acionistas da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. para se reunirem em Assembleia Geral, no dia 27 de Março, pelas 14:30 horas nos Paços do Concelho da Chamusca, sito Rua Direita de S. Pedro - Chamusca, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Relatório e Contas 2025 - análise e deliberação

Ponto 2 - Relatório de Análises Comparativas das Projeções 2025 - análise e deliberação

Ponto 3 - Relatório de Execução Orçamental de Exploração e Investimento 2025 - análise e deliberação

Ponto 4 - Relatório de Avaliação do CGD - análise e deliberação

Ponto 5 - Relatório de Governo Societário 2025 - análise e deliberação

Ponto 6 - Tabela de Preços 2026 - análise e deliberação

Ponto 7 - Contrato de Gestão Delegada e Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro -
informação

Ponto 8 - Contratação de Empréstimo Bancário - análise e deliberação

Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar, em primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de Acionistas que detenham, pelo menos, 51% do capital.

Eco Parque do Relvão, 03 de Março de 2025

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Pedro Manuel Rios de Oliveira Camões Gouveia)



RELATÓRIO GOVERNO SOCIETÁRIO 2025